

NÓS X ELES



PTSUL
Partido Trabalhista Sulista
www.ptsul.org.br

**NÓS ACREDITAMOS
NO RIO GRANDE
E NO BRASIL**



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

NÓS X ELES

Companheiras e companheiros

Neste subsídio sistematizamos dados para a comparação de projetos. Sugerimos que os textos, os debates, os discursos e os diálogos abordados tenham como base o **Golpe** e o **Papel do Estado**.

O GOLPE E SEUS DRAMÁTICOS RESULTADOS

Passados pouco mais de seis anos do **Golpe** e com as eleições de **Bolsonaro, Sartori e Leite**, os resultados são dramáticos:

- 1) **Desmonte do Estado e entrega de Funções Públicas de Estado ao mercado:** nosso **petróleo entregue a empresas transnacionais** por meio de leilões do pré-sal; **aprovação da Medida Provisória 795/2017 (a MP do trilhão)**, que concedeu **benefícios fiscais, até 2040, a empresas petrolíferas** e acabou com a política de conteúdo nacional; intenso processo de **abertura de capitais e venda de ações das empresas estatais**; Mudança da política do **BNDES**, que **deixa de ser um banco de fomento**.
- 2) **Desmonte da Política Industrial e da Política Agrária e Agrícola** (extinção do MDA e ascensão dos ruralistas e suas pautas).
- 3) **Ataque à democracia, a direitos e políticas públicas e à própria Constituição**, como: o “teto de gastos” (EC 95/2016); o Regime de Recuperação Fiscal; a Reforma da Previdência; a Reforma Trabalhista; o aumento do desemprego e da precarização do trabalho; o ataque à Educação; a retomada de um modelo baseado na ampliação das desigualdades... Como síntese, o Brasil volta Mapa da Fome.

O PAPEL DO ESTADO

- 1) Com o fim dos chamados Estados Nacionais, o endividamento público e os déficits recorrentes, **duas visões de desenvolvimento** procuram dar respostas à crise. Estas visões são opostas em especial sobre qual o papel que o Estado deve cumprir: **Nós** concebemos o **Estado**, o Poder Público, **como indutor do desenvolvimento** e um instrumento de redução das desigualdades sociais e regionais; **Eles (Temer, Bolsonaro, Sartori, Leite e seus aliados)** entendem o **Estado como um empecilho ao desenvolvimento**.
- 2) Com a **nossa compreensão de desenvolvimento e de papel do Estado**, o **Brasil e o Rio Grande crescem mais**: nos governos **Lula e Dilma**, de 2003 a 2014, o **PIB cresceu 50,7%** (crescimento médio de 3,5% ao ano); nos Governos **FHC** (1995 a 2002), o **PIB cresceu 21,1%** (média de 2,4% ao ano); com o golpe, e os governos **Temer e Bolsonaro**, o Brasil encolhe e o **PIB cai 2,1%** de 2015 a 2021 (queda média de 0,3% ao ano). **No Rio Grande do Sul**, nos governos **Olívio e Tarso**, o **PIB cresceu acima do nacional** (Olívio 9,8% RS x 9,6% BR; Tarso Genro 10,8% RS x 9,7% BR). Por outro lado, no **governo Sartori** **caiu 3,8%** e no governo **Leite** o PIB não cresceu (**0%** até o 1º trimestre/2022).
- 3) **Para os neoliberais, o Estado é visto como um empecilho, um entrave, algo que atrapalha o desenvolvimento**. É a concepção que orientou os **governos Collor, FHC, Britto, Yeda e Sartori** e que hoje orienta **Bolsonaro e Leite**. Esta visão sucumbe ao ideário do Consenso de Washington, com alinhamento incondicional ao domínio das finanças, liquidação da base produtiva “local”, criminalização do público e propagação do mercado como “salvador da Pátria”, extinção de direitos e controle cada vez mais direto do capital sobre a política.
- 4) **Para os neoliberais, o social é um problema e o funcionalismo público o gerador de déficit**. As políticas de ajuste estão focadas na entrega de patrimônio e de funções públicas ao mercado e redução dos chamados gastos sociais e despesas com o funcionalismo.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

A ORGANIZAÇÃO DA CARTILHA

A cartilha está organizada em **quatro grandes eixos**:

- 1) Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia;
- 2) Infraestrutura;
- 3) Desenvolvimento Social;
- 4) Gestão Pública, Finanças e Funcionalismo.

Em cada um dos eixos são abordadas algumas **áreas ou temas**, estabelecendo um **comparativo NÓS** (governos do PT - Lula, Dilma, Olívio e Tarso) **X ELES** (Fernando Henrique Cardoso - FHC, Temer, Bolsonaro, Britto, Rigotto, Yeda, Sartori e Leite).

Em termos de **execução orçamentária**, em caso de comparativo, toma-se como base a **média anual** dos quatro anos do governo Tarso Genro com a média anual dos quatro anos do governo Sartori e com a média anual de três anos do governo Leite, em valores liquidados e corrigidos pelo IPCA de dez./2021.

EIXO 1

DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ESTRATÉGIA	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Entendemos que o Estado tem um papel fundamental na sociedade, como promotor do desenvolvimento, do bem-estar e da implementação de uma cultura de paz, impossível de se alcançar sem inclusão social e acolhimento.➤ Para nós, os bancos públicos e as empresas na área de energia, saneamento e infraestrutura potencializam a capacidade de o Estado alavancar políticas de desenvolvimento. Essas empresas são um ativo público que não deve ser simplesmente desconstituído.	<ul style="list-style-type: none">➤ O exclusivo e único enfoque dos governos neoliberais é o corte de gastos e as privatizações.➤ Sartori e Leite retomaram o projeto fracassado de Britto e Yeda. O resultado é conhecido, com a economia gaúcha estagnada e os serviços públicos precarizados, especialmente na saúde, educação e segurança.➤ As privatizações já mostraram que, além de não resolver os desajustes das finanças públicas, não melhoram os serviços prestados.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Olívio Dutra implantamos um pioneiro programa de desenvolvimento regional, incentivando as potencialidades da diversificada economia gaúcha, com foco na geração de empregos.➤ No governo Olívio, apresentamos a Nova Matriz Tributária, que aumentava alíquotas de ICMS para aqueles com mais capacidade contributiva, reduzia as alíquotas de produtos de consumo popular e criava fundos de desenvolvimento setorial (micro e pequenas empresas, cooperativas, setores intensivos em mão-de-obra).➤ No governo Tarso Genro retomamos a política de desenvolvimento, com a criação da Política Industrial, que alinhava setores tradicionais da economia do RS às novas oportunidades apresentadas por setores inovadores. Essa política foi premiada internacionalmente como	<ul style="list-style-type: none">➤ O corte de gastos e o abandono da economia resulta em baixo crescimento, desemprego, queda na renda e consequentemente na arrecadação, o que leva a mais cortes de gastos. Esse é um ciclo vicioso da austeridade fiscal dos anos 90, que volta a ser aplicada no Brasil e no RS no pior momento possível.➤ Esse abandono do fomento à economia do nosso estado reflete-se no comportamento das finanças públicas, pois seu desempenho depende fundamentalmente do crescimento econômico.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>uma das melhores iniciativas mundiais em desenvolvimento regional.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso implantamos um Plano Safra Estadual, que articulava incentivos a um conjunto enorme de programas voltados à Agropecuária e Desenvolvimento Rural.➤ No governo Tarso implantamos o Microcrédito, que alcançou 60 mil empreendedores em 433 municípios e, juntamente com o Programa de Economia Solidária, ampliou as oportunidades de geração de trabalho e renda.	
PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Lula e Dilma, de 2003 a 2014, o PIB cresceu 50,7% (crescimento médio de 3,5% ao ano).➤ Nos governos de Lula e Dilma, o Brasil foi um dos países que melhor enfrentou a crise internacional iniciada em 2008. De 2008 a 2013 a economia brasileira cresceu 19,9%, enquanto a dos países da zona do Euro caiu 1,7%.	<ul style="list-style-type: none">➤ Nos Governos FHC (1995 a 2002), o PIB cresceu 21,1% (média de 2,4% ao ano).➤ Desde o Golpe o Brasil encolhe e o PIB cai 2,1% de 2015 a 2021 (queda média de 0,3% ao ano).
<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Olívio Dutra e Tarso Genro o PIB do RS cresceu acima do Nacional: Olívio 9,8% RS x 9,6% BR; Tarso Genro 10,8% RS x 9,7% BR.	<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Antônio Britto, Germano Rigotto, Yeda, Sartori e Leite o PIB do RS teve desempenho inferior ao Nacional: Britto - 0,5% RS x 10,5% BR; Rigotto 6,6% RS x 14,8% BR; Yeda 16,1% RS x 19,7% BR; Sartori queda 3,8% RS x queda de 3,4% BR.➤ No governo Leite, até 1º trimestre/22, o PIB do RS não cresceu = 0% RS x 2,8% BR. Para 2022 a Farsul estima que o PIB do RS cairá 8%.
RESERVAS INTERNACIONAIS	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Lula e Dilma as Reservas Internacionais Líquidas passaram de US\$ 16,3 bilhões em 2002 para US\$ 374,1 bilhões em 2014, dando proteção à economia brasileira.	<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Temer e Bolsonaro, as Reservas Internacionais Líquidas, acumuladas nos governos Lula e Dilma, evitaram uma disparada ainda maior do dólar, numa economia paralisada.
INDÚSTRIA	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso Genro, implantamos uma Política de Desenvolvimento Industrial, premiada internacionalmente, que teve como principais instrumentos: Novo Fundopem; Sala do Investidor; linhas de crédito disponíveis pelo Sistema Financeiro do Estado – Banrisul, BRDE e Badesul; Pró-Inovação; Incentivos setoriais, como o coureiro-calçadista, indústria oceânica,	<ul style="list-style-type: none">➤ Políticas voltadas apenas aos grandes, com concentração de investimento e sem geração de novos empregos.➤ No governo Sartori, os órgãos vinculados ao desenvolvimento foram enfraquecidos ou extintos, como a AGDI e a FEE. O governo Leite não recompôs esses órgãos.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>metalmecânica, suínos, vitivinicultura, eólica, pequenas centrais hidrelétricas; Política de Comércio Exterior.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso resgatamos e ampliamos políticas de fomento, com destaque aos Arranjos Produtivos Locais - APL's, cooperativas, políticas setoriais agrícolas e à política estadual de irrigação.➤ No governo Tarso criamos a Sala do Investidor, que acompanhou 420 projetos, totalizando R\$ 44,6 bilhões de investimentos (entre ativos e concluídos), com projeção de mais de 59 mil empregos diretos.➤ No governo Tarso criamos o Programa RS Tecnópole, que fomentou a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, através dos Parques e Polos Tecnológicos e dos editais da Fapergs.➤ No governo Tarso criamos o Programa Fornecer, que beneficiou as micro e pequenas empresas nas compras públicas.	<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Sartori e Leite, os Programas de fomento foram desativados ou enfraquecidos, como o Extensão Empresarial e o Arranjos Produtivos Locais.➤ O Polo Naval foi desmantelado e os governos Sartori e Leite nada fizeram para reverter este processo.
EMPREGO/DESEMPREGO	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ No Brasil, com Lula e Dilma, reduzimos a taxa de desemprego de 13% em 2003 para 4,3% em 2014.➤ No RS, a taxa de desemprego ficou em 4,6% no último trimestre de 2014.	<ul style="list-style-type: none">➤ No Brasil de Bolsonaro, o desemprego volta aos patamares do governo FHC, atingindo 10,5% em abril/2022. São 11,3 milhões desempregados.➤ No RS, o desemprego atingiu 7,5% em março/2022. São 463 mil desempregados no estado.
SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Olívio, criamos o Salário Mínimo Regional.➤ No governo Tarso, o Salário Mínimo Regional foi resgatado e obteve valorização real de 28,30% no período 2011 a 2015, melhorando as condições salariais de 1,1 milhão de trabalhadores, ampliando o poder aquisitivo e fortalecendo o mercado local.	<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Sartori, pela primeira vez, o Salário Mínimo Regional cresceu menos do que a inflação. Entre 2016 e 2018 o seu valor real caiu 0,6%.➤ No governo Leite, em 2020, pela primeira vez, o piso regional não foi reajustado. Em 2021 o reajuste foi de apenas 5,53%, a partir 1º de outubro. Em 2022 nenhuma proposta foi apresentada. Caso não haja reajuste neste ano, significará uma perda de 14% no valor real do Piso no governo Leite.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

DESIGUALDADES REGIONAIS	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Nossos governos atuam na perspectiva de redução das desigualdades regionais, com políticas indutoras do desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none">➤ Os governos neoliberais, com suas políticas, provocam aumento das desigualdades regionais, favorecendo os grandes empreendimentos nos grandes centros.
AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Os governos Lula e Dilma tiveram a participação, pluralidade, respeito e diálogo como marca. Todos os segmentos foram ouvidos.➤ As Organizações e Movimentos Sociais Populares do campo tiveram acesso ao Governo para apresentar suas posições e demandas.➤ A produção agrícola de grãos cresceu, de 96,8 milhões de toneladas em 2002 para 209,5 milhões de toneladas em 2015. No mesmo período, o desmatamento na Amazônia caiu.	<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Bolsonaro somente as entidades empresariais do agronegócio exportador e a bancada ruralista têm acesso e influenciam na gestão do governo.➤ As Organizações e Movimentos Sociais Populares do campo sem acesso ao Governo. Muitos conselhos, que proporcionavam a participação, foram extintos.
<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Lula e Dilma fortalecemos o MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, como espaço institucional de implementação de políticas para a Agricultura Familiar.➤ No governo Lula criamos a Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006), um marco de reconhecimento da categoria e base para a instituição de políticas públicas diferenciadas.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Bolsonaro acabou com o MDA e com o protagonismo da Agricultura Familiar, com uma visão ideológica na qual os grandes produtores e pequenos devem ter o mesmo tratamento, desconsiderando a especificidade da Agricultura Familiar e públicos especiais.
<ul style="list-style-type: none">➤ Os governos Lula e Dilma fortaleceram e qualificaram o Plano Safra. Os recursos passaram de R\$ 14,7 bilhões em 2001/02 para R\$ 156,1 bilhões em 2014/2015 (em valores da época).➤ No governo Lula, em 2003, criamos o Plano Safra da Agricultura Familiar, de forma a organizar as políticas específicas para esse público.➤ Os recursos do Pronaf - Programa Nacional da Agricultura Familiar passaram de R\$ 2,4 bilhões em 2002/2003 para R\$ 28,9 bilhões na Safra 2015/2016 (em valores da época).➤ No governo Lula, em 2008, criamos o Programa Mais Alimentos, com objetivo de reforçar a produção de alimentos e a produtividade da agricultura familiar.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Bolsonaro acabou com o Plano Safra da Agricultura Familiar.➤ Na Safra 2021/2022 faltou recursos para executar o Plano.➤ O Plano Safra 2022/23: Anunciado tardiamente, dificultando para os produtores que precisam se organizar e tomar decisões. O montante, embora superior ao de 2021/22, não cobre o aumento dos custos de produção (fertilizantes, combustível, energia elétrica, equipamentos, máquinas e o próprio valor da terra). Os juros subiram, tornando o crédito mais caro. Não contempla política de estoques e abastecimento para enfrentar as crises e proporcionar segurança alimentar.➤ O crédito ficou mais caro e o custo de produção está mais alto, criando dificuldades aos produtores.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<ul style="list-style-type: none">➤ O teto de gastos, aprovado pelo Governo, dificulta a destinação de recursos para equalizar juros e operacionalizar programas.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Lula criamos o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos (Art. 19 da Lei 10.696/2003 e Decreto 7.775/2012), como parte da estratégia de combate à fome e de fortalecimento da agricultura familiar: No período 2011-2019, o programa adquiriu 2,3 bilhões de quilos de produtos, aproximadamente R\$ 5,5 bilhões em compras. No período foram 1.211 diferentes itens adquiridos dos agricultores e suas organizações, de forma local e regional. Em 2012 as compras foram de R\$ 850 milhões e em 2014 R\$ 430 milhões (valores pagos).	<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Temer e Bolsonaro, o PAA é desestruturado, com cortes no orçamento, prejudicando agricultores e a população mais pobre que era atendida pelo Programa: As aquisições sofreram uma redução de 82,8%, passando de 492,1 milhões de quilos em 2011 para 84,8 milhões de quilos em 2019. Em 2018 foram aplicados apenas R\$ 118,3 milhões, em 2019 R\$ 97,7 milhões e em 2021 R\$ 58,9 milhões (valores pagos).
<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Olívio e Tarso dedicamos atenção especial à Agricultura Familiar, Assentados da Reforma Agrária, Pecuáristas Familiares, Pescadores, Quilombolas, Indígenas, Agroindústrias Familiares e Cooperativas, colocando-os no centro do projeto de desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none">➤ Os governos Sartori e Leite governaram com total descaso com a Agricultura Familiar, Assentados da Reforma Agrária, Pescadores, Quilombolas e Indígenas: sem políticas públicas para os que mais precisam; esvaziamento das políticas públicas; sem projeto de desenvolvimento rural.
<ul style="list-style-type: none">➤ Em nossos governos as estruturas de Estado são organizadas como instrumentos de desenvolvimento, o que justificou a criação da SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural e o fortalecimento da SEAPA, Fepagro, Irga, Ceasa e Emater.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Sartori enfraqueceu a SDR e a Emater, extinguiu a Fepagro e aprovou a terceirização de serviços de inspeção de produtos de origem animal.➤ O governo Leite extinguiu a SDR.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso aplicamos R\$ 871,7 milhões/ano na Agropecuária e Desenvolvimento Rural (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021), 23,5% mais que Rigotto, 63,7% mais que Yeda 28,8% mais que Sartori e 59,3% mais que Leite.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Sartori aplicou R\$ 676,8 milhões/ano na Agropecuária e Desenvolvimento Rural, mesmo utilizando muito recurso captado no governo Tarso (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).➤ O governo Leite aplicou apenas R\$ 547,3 milhões/ano (2019 a 2021) na Agropecuária e Desenvolvimento Rural (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso aplicamos R\$ 75,8 milhões/ano via Feaper, em financiamentos subsidiados para a Agricultura Familiar, Pecuáristas Familiares, Pescadores, Quilombolas, Indígenas, Agroindústrias Familiares e Cooperativas (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Sartori aplicou R\$ 38,8 milhões/ano via Feaper, mesmo utilizando muito recurso captado no governo Tarso (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).➤ O governo Leite aplicou apenas R\$ 24,0 milhões/ano via Feaper (2019 a 2021), uma redução de 68,3% em relação ao governo Tarso.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso aplicamos R\$ 39,7 milhões/ano via Funterra, Fundo que atende Assentados da Reforma Agrária (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Sartori aplicou R\$ 7,7 milhões/ano via Funterra, mesmo utilizando muito recurso captado no governo Tarso (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).➤ O governo Leite aplicou miseráveis R\$ 2,0 milhões/ano via Funterra (2019 a 2021), mesmo utilizando recurso captado no governo



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>Tarso, uma redução de 94,9% em relação ao governo Tarso (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).</p>
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso implementamos o Plano Safra Gaúcho, complementar ao Plano Safra Nacional da Agricultura Familiar e que articulava as políticas voltadas ao desenvolvimento rural e à redução das desigualdades.	<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Sartori o Plano Safra foi descaracterizado, pois deixou de contar com recursos do Tesouro do Estado e de cumprir o papel de articular políticas públicas, limitando-se a linhas de crédito bancário disponíveis no mercado.➤ O governo Leite não implementou o Plano Safra. Além da redução orçamento não teve capacidade de captar recursos para aplicar no setor agropecuário.
<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Olívio e Tarso fortalecemos e recuperamos a Emater, qualificando a assistência técnica e a extensão rural.➤ No governo Tarso Genro o valor do convênio do Estado com a Emater foi aumentado em 101,5%, o quadro de pessoal foi ampliado em 787 trabalhadores (de 1.742 para 2.529) e foram adquiridos 958 veículos e 3.912 equipamentos.	<ul style="list-style-type: none">➤ A marca dos governos neoliberais é o enfraquecimento da Emater, com demissões, redução de profissionais e precarização da estrutura.➤ O governo Yeda sucateou a Emater, com a demissão de 400 trabalhadores, sem pagamento de verbas rescisórias.➤ O governo Sartori retomou o processo de redução de pessoal e precarização de serviços, reduzindo os recursos.➤ O governo Leite manteve a política de Sartori. A Emater conta hoje com apenas 1.760 trabalhadores (redução de 769 trabalhadores em relação ao governo Tarso).➤ O último concurso foi no governo Tarso e os últimos profissionais ingressaram em 2014.➤ Nos últimos 7 anos foram adquiridos apenas 120 veículos.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso Genro criamos políticas de apoio ao Cooperativismo, com acesso ao crédito, apoio à gestão, comercialização e incentivos fiscais e tributários.➤ Na área de incentivos fiscais, as cooperativas foram incorporadas ao Simples Gaúcho (que até então só beneficiava as micro e pequenas empresas) e tiveram acesso aos benefícios do Fundopem RS, com R\$ 305 milhões em projetos aprovados.➤ A SDR, criada no governo Tarso, foi um importante instrumento de apoio ao cooperativismo.	<ul style="list-style-type: none">➤ Os governos Sartori e Leite não tiveram iniciativas para apoiar o cooperativismo.➤ No governo Leite as cooperativas sequer são chamadas para dialogar.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso criamos o Mais Água Mais Renda e o Irrigando a Agricultura Familiar, com o objetivo de aumentar a área irrigada no estado, reduzir a vulnerabilidade da economia frente às estiagens e ampliar a produtividade.➤ O Programa Mais Água Mais Renda, instituído pela Lei 14.244/2013, estabeleceu subvenções de	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Sartori extinguiu o Programa Irrigando a Agricultura Familiar e o Mais Água Mais Renda.➤ O governo Leite, somente no último ano de governo criou programa Avançar na Agropecuária e no Desenvolvimento Rural,



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>100% para o público do Pronaf, 75% do Pronamp e 50% para os demais, na primeira e na última parcelas.</p> <p>A área irrigada dobrou: a área irrigada com culturas de sequeiro, estimada em 100 mil hectares em 2012 (início do programa), passou para 220 mil hectares em 2021.</p> <p>Com o Mais Água Mais Renda foram 3.851 projetos com 93.573 hectares de área irrigada e 2.753 reservatórios.</p> <p>➤ Através do Programa Irrigando a Agricultura Familiar, foram elaborados 3.770 projetos de armazenamento e/ou irrigação, conveniados, executados diretamente ou contratados via Feaper 3.099 projetos de armazenamento de água e/ou irrigação (até 31/10/14). Em valores da época, foram aplicados R\$ 86,0 milhões no Irrigando a Agricultura Familiar e na Infraestrutura Rural.</p>	<p>com anúncio de R\$ 201,4 milhões para irrigação.</p>
<p>➤ No governo Tarso desenvolvemos várias ações emergenciais, em apoio aos atingidos por estiagens:</p> <p>Anistia às dívidas junto ao Feaper, Funterra e RS Rural (beneficiando 45 mil famílias).</p> <p>Disponibilização do Cartão Emergência Rural a 108 mil famílias.</p> <p>Aplicados R\$ 206,0 milhões em Ações Emergenciais, Anistias e Troca-Troca de Sementes (em valores da época).</p> <p>➤ A Bancada do PT na Assembleia Legislativa, tendo em vista a inação do governo Leite em relação à Covid-19 e as estiagens, apresentou o PL 115/2021, propondo um Crédito Emergencial a Agricultores Familiares atingidos pela Covid-19 e pelas estiagens.</p>	<p>➤ Os governos Sartori e Leite ignoraram as estiagens e não criaram políticas de apoio aos agricultores.</p> <p>➤ O governo Leite, depois de duas estiagens, somente maio de 2022, anunciou R\$ 24 milhões para um Auxílio Emergencial (com a promessa de ser viabilizado somente no último trimestre) e nenhum recurso para Crédito Emergencial aos Agricultores atingidos.</p>
<p>➤ No governo Tarso, a cadeia produtiva do leite e pecuária familiar teve importante apoio, através dos Programas Leite Gaúcho e Pecuária Familiar, Prodeleite, Instituto Gaúcho do Leite (IGL) e Fundoleite.</p> <p>Somente através do Programa Leite Gaúcho e Pecuária Familiar foram aplicados R\$ 45,8 milhões (em valores da época).</p>	<p>➤ Segundo relatórios da Emater a cadeia leiteira perdeu, de 2015 a 2021, 44 mil produtores que entregavam a produção para a indústria (52,3%).</p> <p>➤ Os governos Sartori e Leite não tiveram iniciativas capazes de apoiar o setor, quando o fizeram foi por pressão, como no caso das importações de leite que prejudicaram o setor. Passada a pressão, os decretos estaduais foram revogados.</p> <p>➤ Os governos Sartori e Leite desestruturaram a política estadual do leite (Prodeleite, IGL e Fundoleite), construída no governo Tarso, e reduziram os recursos do Programa Leite Gaúcho e Pecuária Familiar.</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>➤ No governo Tarso retomamos o Programa de Agroindústria Familiar – Sabor Gaúcho, criado no governo Olívio Dutra.</p> <p>No governo Tarso, através do Programa de Agroindústria Familiar, apoiamos 2.222 agroindústrias familiares com financiamentos subsidiados e serviços de apoio à implantação, melhoria e regularização.</p> <p>No período (2011-2014) aplicamos R\$ 20,6 milhões no Programa de Agroindústria Familiar.</p>	<p>➤ No governo Sartori houve redução de recursos ao Programa Agroindústria Familiar.</p> <p>O governo Leite demonstrou total descaso e falta de compromisso com a Agroindústria Familiar. Por exemplo, no orçamento para 2022 constavam míseros R\$ 3 mil para Apoio à Agroindústria Familiar.</p> <p>A promessa do Programa Avançar é de aplicar R\$ 5 milhões para agroindústria familiar, com uma meta de 500 projetos.</p>
MEIO AMBIENTE	
NÓS	ELES
<p>➤ No governo Olívio, em 1999, criamos a SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente.</p> <p>➤ Nos governos de Olívio e Tarso respeitamos a legislação ambiental. A SEMA teve autonomia em relação às demais pastas do governo, podendo realizar seu trabalho de acordo com a legislação.</p> <p>➤ No governo Olívio realizamos a Conferência Estadual de Meio Ambiente, com pré-conferências nas regiões do Orçamento Participativo e ampla participação da sociedade.</p>	<p>➤ O governo Leite fundiu as Secretarias do Meio Ambiente com a de Infraestrutura, com riscos à sociedade:</p> <p>Retira a condição de órgão autônomo integrante de um sistema nacional que deve fazer cumprir a legislação e a política nacional de meio ambiente.</p> <p>Subordina a gestão ambiental a demandas da Infraestrutura. Por exemplo, a mesma Secretaria que incentiva a mineração e outras atividades que causam impactos também cuida da gestão ambiental, num nítido conflito de interesses (“É a raposa cuidando do galinheiro”).</p>
<p>➤ Nossos Governos fortaleceram as Fundações:</p> <p>No governo Tarso Genro fortalecemos a FZB - Fundação Zoobotânica, com: ampliação dos recursos; realização de concurso público e nomeação de servidores; aprovação do Plano de Empregos, Funções e Salários; estímulo à produção técnica e científica e à qualificação dos serviços públicos.</p> <p>Fizemos investimentos na qualificação do Parque Zoológico e do Jardim Botânico, mantendo-os públicos e de fácil acesso à população.</p>	<p>➤ Os governos Sartori e Leite extinguiram 10 Fundações, entre elas a FZB - Fundação Zoobotânica, fragilizando a gestão ambiental e as ações de conservação e preservação da biodiversidade no estado:</p> <p>O Parque Zoológico, espaço de lazer, educação ambiental e de biodiversidade, está em processo de concessão para a iniciativa privada, o que tende a retirar seu caráter popular de acesso.</p> <p>O Jardim Botânico, espaço de conhecimento, conservação da biodiversidade, educação ambiental e lazer, está em processo de concessão à iniciativa privada, o que pode levar à descaracterização e retirar seu caráter popular de acesso.</p>
<p>➤ No governo Tarso Genro a Fepam passou por transformações importantes na sua gestão, dando mais eficiência e transparência, sem flexibilizar a proteção ambiental:</p> <p>Investimos em estrutura, proporcionando melhores condições de trabalho, aquisição de veículos e equipamentos, estruturação de gerências regionais no interior.</p>	<p>➤ No governo Sartori a Fepam passou a estar subordinada apenas à visão política do governo, com uma mesma pessoa acumulando os cargos de Secretária de Meio Ambiente e de Presidente da Fepam. O Ministério Público Estadual e o Ministério Público de Contas expediram recomendação ao governo para que</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>Contratamos servidores e lançamos o edital para realização de concurso público.</p> <p>Damos maior agilidade nos procedimentos de licenciamento ambiental, buscando superar passivos de processos de empreendimentos industriais de pequeno e médio porte, com procedimentos padronizados da relação entre o órgão ambiental e empreendedores com processos tramitando: Implantação do Portal do Licenciamento para acesso e orientação para empreendedores; renovação de licença on line para quem não tinha multa ou passivo no MP; novos procedimentos para renovação de Licenças de Operação.</p> <p>Estabelecemos novos procedimentos para viabilizar pequenos empreendimentos, como o licenciamento do Programa Irrigando a Agricultura Familiar e do Programa de Agroindústria Familiar, mas compatibilizando celeridade dos procedimentos com preservação ambiental.</p>	<p>a Secretária optasse por um dos cargos, mas o governo a manteve confrontando os órgãos.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Muitas ações efetivadas nos governos Sartori e Leite tiveram início no governo Tarso, caso dos investimentos em tecnologia para agilizar o licenciamento ambiental.➤ Nos governos Sartori e Leite criou-se um ambiente de instabilidade, de desestruturação do sistema de gestão ambiental, marcada pela ausência de política efetiva e sem valorização do servidor público.
<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Olívio sancionou a Lei 11.520/2000, que instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente, reconhecendo a intensa participação na construção e a aprovação, de forma unânime no Parlamento gaúcho.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Leite revogou o Código Estadual de Meio Ambiente vigente e parte do Código Florestal Estadual, através do PL 431/2019 (Lei 15.434/2020): <p>O PL foi protocolado em regime de urgência, sem debate público e sem participação da sociedade. Tendo em vista a pressão social e ação da oposição, o PL tramitou por mais de 30 dias.</p> <p>A nova lei trouxe retrocessos em muitos aspectos, flexibilizou dispositivos e fragilizou a proteção ambiental.</p>
<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Olívio e Tarso investimos na diversificação e produção de alimento saudável. <p>No governo Olívio foi criado o Programa Rio Grande Ecológico, que contava com crédito a juro zero, assistência técnica e tinha como objetivo estimular o desenvolvimento de ações para apoiar sistemas produtivos ecológicos e diversificados nas áreas da produção, agroindustrialização e comercialização de alimentos, visando à proteção do meio ambiente, o bem-estar das famílias produtoras e a produção de alimentos saudáveis.</p> <p>O governo Tarso criou o Programa Estadual de Base Ecológica (Decreto 51.617/2014), e sancionou a Lei 14.486/2014, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica.</p>	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Leite ficará marcado pela ausência de preocupação com a saúde humana, com o meio ambiente e com a qualidade e a segurança dos alimentos consumidos pela população e mais agrotóxicos e poluição ambiental: <p>O Governo encaminhou em regime de urgência o PL 260/2020 (Lei 15.671/2020), que alterou Lei Estadual 7.747/82, que trata do controle de agrotóxicos e outros biocidas no RS.</p> <p>A aprovação do PL 260/2020 constituiu um enorme retrocesso ambiental e de saúde pública, pois retirou a exigência legal de somente admitir o uso no estado de agrotóxico que tenha autorização no país de origem.</p> <p>A Lei 7.747/82 marcou um momento histórico do Parlamento gaúcho, que aprovou uma lei de agrotóxicos antecipando-se à legislação federal</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>➤ Nossos governos fortaleceram os instrumentos de gestão ambiental. No governo Tarso Genro captamos recursos nacionais e internacionais para a construção de ferramentas de gestão ambiental, visando aperfeiçoar e cumprir a legislação:</p> <p>US\$ 8,7 milhões para elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), deixando o Termo de Referência para licitação internacional.</p> <p>US\$ 2,5 milhões para implantação do Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres Ambientais, visando dotar o Estado do RS de um instrumento de gestão para prevenção aos desastres naturais causados por questões climáticas, assim preservando vidas e evitando perdas econômicas.</p> <p>US\$ 8,9 milhões para construção do Sistema de Regularização Ambiental (SIRAM), objetivando qualificar a gestão ambiental, conferindo eficiência, otimizando tempo e recursos, proporcionando agilidade e transparência, integrando os dados ambientais, possibilitando a fiscalização, o monitoramento e o aperfeiçoamento nos processos ambientais. O instrumento eletrônico permite hoje que os processos sejam digitais e os empreendedores acompanhem.</p> <p>➤ O governo Tarso contratou empresa para elaborar o Plano Estadual dos Resíduos Sólidos (PERS), com captação de recursos junto ao governo federal da ordem de R\$ 1,7 milhão (valores de 2014), com contrapartida do Estado de R\$ 440 mil.</p> <p>➤ No governo Tarso implantamos a Sala de Situação, com diversas estações de monitoramento em todo o estado, em conexão com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Nacional de Meteorologia do Brasil (INMET).</p>	<p>e que, quando comparada à federal, protegia melhor a saúde das pessoas e o meio ambiente.</p> <p>➤ Tendo em vista os recursos captados no governo Tarso, o governo Sartori iniciou a construção do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e o governo Leite concluiu o estudo. No entanto, o PL 236/2021, que dispõe sobre o ZEE está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e não conta com disposição da base do governo para tramitação.</p> <p>➤ Com os recursos captados no governo Tarso, o governo Sartori implantou o Sistema Online de Licenciamento Ambiental (SOL), dando mais agilidade e transparência nos processos de licenciamento.</p> <p>➤ Os governos Sartori e Leite não fizeram nenhum esforço para captar novos recursos e destinar recursos do orçamento do tesouro para projetos que qualifiquem a gestão ambiental.</p>
<p>➤ No governo Tarso captamos recursos a fundo perdido na ordem de US\$ 5 milhões para desenvolver o Projeto RS Biodiversidade, com contrapartidas do Estado de US\$ 2,6 milhões. O projeto tinha como objetivo incentivar o desenvolvimento regional por meio de práticas conservacionistas e manejos sustentáveis, valorização de espécies nativas do Bioma Pampa e realização de estudos sobre biodiversidade.</p>	<p>➤ Os governos Sartori e Leite se beneficiaram dos recursos captados pelo governo Tarso e executaram o projeto. Mas não fizeram nenhum esforço para captar novos recursos e destinar recursos do orçamento do tesouro estadual para projetos dessa natureza.</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

EIXO 2

INFRAESTRUTURA

MOBILIDADE URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Lula e Dilma, a Trensurb foi estendida até Novo Hamburgo, disponibilizando mais cinco estações e mais 900 mil embarques por mês.➤ O governo Dilma e o governo Tarso projetaram o PAC Mobilidade para a Região Metropolitana de Porto Alegre, incluindo corredores ou faixas exclusivos de transporte coletivo para as principais cidades, com destaque para Alvorada, Cachoeirinha e Viamão.	<ul style="list-style-type: none">➤ Com o golpe e os governos Temer e Sartori, os projetos de mobilidade urbana foram abandonados.➤ Com Temer e Bolsonaro, a tarifa da Trensurb foi reajustada em 164,7%, passando de R\$ 1,70 para R\$ 4,50.➤ A Metroplan, com extinção autorizada desde o governo Sartori, funciona de forma precária.
RODOVIAS	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Lula e Dilma, duplicamos a BR 101 (Osório a Palhoça - SC) e construímos a BR 448 - Rodovia do Parque (Porto Alegre-Sapucaia).➤ Além disso, estavam em obras a duplicação da BR 116 (Guaíba a Pelotas), com 73% de execução, a duplicação da BR 290 (Eldorado, Pantano Grande e Caçapava do Sul), a duplicação da BR 386 (Tabaí-Estrela), o asfaltamento da BR 158 (Santa Maria a Rosário do Sul), a travessia urbana de Santa Maria e a nova ponte do Guaíba.	<ul style="list-style-type: none">➤ No governo FHC não foi executada nenhuma obra de importância para a infraestrutura do RS.➤ Os governos Temer e Bolsonaro entregaram à iniciativa privada, por concessão de 30 anos, a BR 386 e a BR 101. Também está em projeto a concessão da BR 290 (incluindo a nova ponte sobre o Guaíba) e a BR 116.➤ Nos governos FHC e Britto foram implantados os polos de pedágio no RS, com tarifas exorbitantes e sem previsão de obras de duplicação.➤ No governo Sartori a grande maioria dos investimentos em rodovias contaram com recursos captados no governo Tarso.➤ No governo Sartori foi aprovado o Plano de Concessão de Rodovias para entregar as estradas gaúchas à iniciativa privada, retomando o plano de concessão, à semelhança do governo Britto.➤ Nos Governos Bolsonaro e Leite, o descaso com rodovias foi a tônica. O governo Bolsonaro deu continuidade às obras da BR 116, em um ritmo muito lento, colocando recursos muito aquém do necessário (utilizando-se de emendas parlamentares) e repassou ao Exército a execução de um trecho. Com este ritmo de recursos as obras deverão se estender até bem mais de 2025.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>O Ministro do Transporte anunciou que para a BR 290 não haveria mais recursos até a definição de concessão e as obras estão quase paralisadas desde 2018.</p> <p>O governo Bolsonaro concluiu a concessão da BR 386, por 30 anos, com a cobrança de pedágios.</p> <p>A Segunda Ponte do Guaíba foi entregue inacabada, sem as alças de acesso e indenizações às famílias que ocupam o local. A informações é de que só será concluída com a concessão à iniciativa privada.</p> <p>Nas ferrovias, o governo Bolsonaro não renovou a concessão com a ALL Rumo, que utiliza pouco mais de 700 km dos 3.200 de rede existentes.</p> <p>O governo Leite, nos primeiros 3 anos, não apresentou solução para as estradas gaúchas, a não ser encaminhar um projeto de concessão, por 30 anos, de 1.150 km com uma cancela a cada 50 km. Das concessões propostas, o Bloco 3 já foi licitado: apenas um licitante; valor do pedágio muito acima do razoável para a manutenção e as obras propostas; sem a participação da comunidade no acompanhamento ao longo dos 30 anos.</p> <p>O governo Leite não apresentou uma proposta para manutenção, conservação e ampliação das rodovias gaúchas fora das concessões.</p> <p>➤ O RS mantém um modal rodoviário que responde por mais de 85% do transporte, o que encarece a nossa logística aumentando o valor do frete de nossas mercadorias.</p>
--	--

ACESSOS MUNICIPAIS

<p>➤ O governo Tarso assumiu com 104 municípios sem acesso asfáltico. Captou recursos e foi o que mais pavimentou acessos municipais: 23 acessos municipais concluídos; 13 acessos municipais com obras concluídas, mas sem sinalização; 26 acessos municipais em obras.</p> <p>➤ O governo Tarso deixou R\$ 1,3 bilhão em recursos captados (valores da época) junto ao BNDES, (Proredes e Proinvest) e BIRD para uso em manutenção, restauro, ampliação e duplicação de rodovias estaduais.</p>	<p>➤ No governo Yeda, apenas sete acessos municipais foram concluídos, deixando 104 municípios sem acesso asfáltico.</p> <p>➤ O governo Sartori recebeu do Governo Tarso R\$ 1,3 bilhão em recursos captados. Além disso, passou a contar com recursos da CIDE e com a possibilidade de financiamento de R\$ 260 milhões junto à Comunidade Andina de Fomento (CAF), encaminhado pelo governo Tarso.</p> <p>➤ Após quase oito anos de governos Sartori e Leite, o RS conta ainda com em torno de 50 municípios sem acesso asfáltico.</p>
--	---



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso Genro, aplicamos R\$ 247,1 milhões/ano em acessos municipais, sendo 80,2% com recursos de financiamentos.	<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Sartori, foram aplicados apenas R\$ 62,3 milhões/ano em acessos municipais, sendo 94,4% com recursos de financiamentos captados durante o governo Tarso.➤ No governo Leite, foram aplicados apenas R\$ 38,2 milhões/ano em acessos municipais (2019 a 2021).
LIGAÇÕES REGIONAIS	
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso concluímos 11 ligações regionais e deixamos 12 obras com obras em andamento.	<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Yeda, ausência de obras de ligações regionais.➤ No governo Sartori as obras foram executadas com recursos captados pelo governo Tarso.➤ No terceiro ano de Governo, Leite lançou o Avançar, uma ação de marketing: a maioria dos projetos não sairão do papel até o fim de seu governo por falta de projetos e do processo licitatório; os recursos utilizados são oriundos das privatizações e da chamada economia com as alterações nas carreiras e na previdência do funcionalismo.
PEDÁGIOS	
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso acabamos com o modelo de pedágios por polos regionais.➤ No governo Tarso criamos a Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR (Lei 14.033/12), modelo para o país, com a implementação dos Corepes, fortalecendo a participação popular na definição do preço e de obras a serem realizadas. A EGR passou a administrar 908 km de estradas estaduais, com 14 praças de pedágios. Reduzimos de 30% a 50% no valor dos pedágios, que voltaram a ser geridos pelo poder público.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Yeda propôs a prorrogação dos pedágios privados (polos regionais), com a manutenção da política do governo Britto.➤ O governo Sartori alterou as funções da EGR (Lei 14.876/16), excluindo a participação popular.➤ O governo Sartori aprovou um plano de concessões para voltar a entregar as estradas à iniciativa privada, por 30 anos, sem a participação da população no debate e implantação.➤ O Governo Leite deu continuidade ao projeto do Sartori de concessões, abrindo processo licitatório de 1.150 km de estradas gaúchas, que serão entregues à iniciativa privada por 30 anos. O projeto inicial era com outorga, o que foi retirado em função da pressão da sociedade, mas incluída uma caução que encarece os preços dos pedágios.
SANEAMENTO BÁSICO	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso captamos mais de R\$ 4 bilhões junto ao PAC para tratamento, distribuição e captação de água e esgoto, fortalecendo a CORSAN	<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Yeda, ocorreu o sucateamento da Corsan e o estímulo à privatização da água pelos governos municipais do PSDB.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>como empresa pública. Deste valor, R\$ 1 bilhão para investimentos na Bacia do Rio do Sinos.</p>	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Sartori deixou de aplicar mais de R\$ 300 milhões do PAC, perdendo recursos a fundo perdido, que beneficiariam especialmente a Região Metropolitana.➤ No governo Sartori a Corsan não cumpriu contratos com os municípios, mesmo que a empresa tivesse condições de cumprimento das metas estabelecidas, com o intuito de justificar a privatização.➤ O governo Sartori tentou implantar uma Parceria Público Privada - PPP para o esgotamento e tratamento sanitário, envolvendo nove municípios da Região Metropolitana, com a entrega dos serviços públicos à iniciativa privada por 35 anos. As empresas investiriam R\$ 1,85 bilhão com previsão de ganhos de R\$ 9,4 bilhões, ou seja, lucro equivalente a quatro vezes o investido.➤ O governo Leite encaminhou o processo de privatização da CORSAN: Aprovou a possibilidade de venda de ações da empresa e entrega do saneamento básico à iniciativa privada. A privatização acaba com o subsídio cruzado e deixa as pequenas cidades sem a possibilidade de ter o atendimento da Lei do Saneamento.
---	---

EMPRESAS PÚBLICAS

NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Nossos governos fortaleceram as Empresas Públicas (Corsan, CRM, Sulgás, CEEE, EGR), empresas sólidas e saudáveis, que produzem dividendos ao Estado e atendem a quem mais precisa de serviços.➤ No governo Tarso investimos mais de R\$ 3,5 bilhões na CEEE-D para recuperar a empresa, que foi dividida no governo Britto, deixando o Estado com apenas 1/3 da distribuição e com quase a totalidade dos passivos da empresa, o que comprometeu a CEEE.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Bolsonaro deu continuidade ao processo de privatizações iniciado no governo Temer: Vendeu a BR Distribuidora, parte da Petrobras e da Eletrobrás. No Estado, mesmo tentando de todas as formas, o Governo Federal ainda não conseguiu vender a Refinaria Alberto Pasqualini - Refap. No caso da Trensurb, embora o projeto de privatização esteja bastante avançado, é necessário que o Governo do Estado viabilize a concessão (o governo Bolsonaro já submeteu estudos ao Piratini).➤ O governo Sartori adotou uma política de redução das funções públicas de Estado: Aprovou a extinção das Fundações. Tentou retirar da Constituição Estadual a necessidade de plebiscito para privatizar as empresas CEEE, Sulgás e CRM.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>Posteriormente, tentou a realização de plebiscito para privatizar as empresas, sem êxito por falta de votos de sua base.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ O governo Leite, mesmo contrariando seu discurso de campanha, aprovou a privatização das empresas públicas gaúchas (CEEE, CRM, SULGÁS), sem plebiscito, e aprovou a venda de ações da CORSAN para entregar o saneamento básico à iniciativa privada.➤ Com o projeto de concessões, o governo Leite quer acabar com a EGR, que administra mais de 900 km de estradas.
DAER	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Com o governo Tarso fortalecemos o DAER para projetar, fiscalizar e manter as rodovias gaúchas.➤ A autarquia é responsável pela administração de mais de 11 mil quilômetros de rodovias estaduais, sendo 7.060 km pavimentadas, com 17 superintendências regionais.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Sartori precarizou o DAER, vendendo áreas, tentando acabar com superintendências regionais, preparando a entrega das estradas gaúchas à iniciativa privada.➤ O governo Leite deu continuidade à destruturação do DAER/RS: não realizou concursos para repor pessoal; vendeu áreas do departamento; acabou com algumas superintendências regionais; terceirizou projetos e execução de obras em estradas gaúchas; entregou trechos de estradas aos cuidados das prefeituras.
ENERGIA	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Olívio Dutra fizemos o primeiro Atlas Eólico do Rio Grande do Sul, dando base para os investimentos realizados em energia eólica no estado. A partir deste Atlas e com a política de incentivos dos governos Lula, Dilma e Tarso, o RS passou a ocupar a terceira posição em geração de energia eólica. Os grandes parques instalados são: Parque Eólico de Osório; Parque Cerro Chato – Santana do Livramento; Complexo Eólico Campos Neutrais, que reúne os parques Geribatu, Chuí e Hermenegildo.➤ Nos governos Lula e Dilma, a geração de energia térmica foi ampliada, com a construção da FASE C de Candiota e da Usina da Tractebel, com investimentos acima de R\$ 6 bilhões.➤ Nos governos Lula e Dilma, o Luz Para Todos beneficiou 91.597 famílias no RS, bem acima da meta inicial que era ligar 57 mil domicílios no estado.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Bolsonaro privatizou parte da Petrobras e da Eletrobrás.➤ O governo Leite retomou o neoliberalismo fracassado de Britto, Yeda e Sartori. <p>Na área de energia, privatizou a CEEE-Distribuição (R\$ 100 mil), CEEE-Transmissão (R\$ 2,67 bilhões) e a Sulgás (R\$ 927,8 milhões) e aprovou a privatização da CEEE-Geração e da CRM.</p> <p>Com essa política, o governo Leite deixou o Estado como mero observador ou proponente de políticas públicas na área de energia, impossibilitando a implementação de obras e serviços através de entes públicos, ampliando os lucros à iniciativa privada e encarecendo os serviços ao consumidor gaúcho.</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<ul style="list-style-type: none">➤ Na área de energia eólica e solar, no governo Leite não foram investidos recursos públicos para a sua ampliação, ficando somente sob responsabilidade da iniciativa privada.
EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E POLO NAVAL	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Lula e Dilma, implantamos o Polo Naval de Rio Grande, com a construção de três grandes estaleiros, dois em Rio Grande (QGI Brasil S/A “Queiros Galvão e Iesa Óleo e Gás” e Ecovix) e um em São José do Norte (Estaleiros do Brasil Limitada-EBR). O Polo Naval chegou a gerar mais de 20 mil empregos.➤ Nos governos Lula e Dilma, valorizamos o petróleo nacional e fortalecemos a Petrobrás: descoberta do Pré-Sal; aplicação do conceito de conteúdo nacional; criação do regime de partilha; aprovação do Fundo Social.	<ul style="list-style-type: none">➤ Com o golpe e os governos Temer e Sartori, o Polo Naval foi abandonado: retirada a exigência de conteúdo nacional para a construção das plataformas; cancelados os contratos de construção de plataformas para a exploração de petróleo com estaleiros no Brasil, cuja construção passou a ser feita no exterior (China), gerando empregos e tecnologia em outros países.➤ A mudança da Lei do Pré-Sal (do regime de partilha para o regime de concessão) desobrigou a Petrobras de ser operadora de no mínimo 30% sobre as áreas licitadas, criando condições para entrega do petróleo a empresas transnacionais.➤ O governo Bolsonaro e Leite nada fizeram para a recuperação do Polo Naval no Estado, mantendo a construção de estaleiros fora do Brasil.
HABITAÇÃO	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Os governos Lula e Dilma implantaram o Minha Casa Minha Vida: No RS foram 290.712 moradias (até 31/12/2016), sendo 212.547 entregues e 78.165 contratadas. Somente durante o governo Tarso foram contratadas 166.282 unidades.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Bolsonaro acabou com o Minha Casa Minha Vida (apenas concluiu algumas obras que já estavam em andamento, mas ainda com muitos projetos inacabados no estado).➤ No governo Sartori não havia um programa de habitação popular e, com a diminuição do Programa Minha Casa Minha Vida, somente houve conclusões de obras com recursos federais.➤ O governo Leite não tem projeto de Habitação popular, desenvolvendo ações pontuais no sentido de concluir algumas obras inacabadas do governo federal.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

EIXO 3

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO	
NÓS	ELES
<p>➤ Nos governos Lula e Dilma, ampliamos e valorizamos o Ensino Técnico e o Ensino Superior: Em toda a história do Brasil, haviam sido criadas 140 escolas técnicas, em 119 municípios. Nos governos Lula e Dilma foram criadas 422 novas escolas técnicas, parte de uma rede estruturada em torno dos Institutos Federais de Ensino Tecnológico, que chegou a 596 municípios e beneficiou, em 2015, meio milhão de jovens.</p> <p>Criação dos Institutos Federais RS, com unidades em dezenas de município: Instituto Federal Farroupilha (sede em Santa Maria, mais 11 unidades); Instituto Federal do Rio Grande do Sul (Sede em Bento Gonçalves, mais 16 unidades); Instituto Federal Sul-rio-grandense (Sede em Pelotas, mais 13 unidades).</p> <p>Criação de 18 novas universidades no Brasil (178 unidades) e três novas Universidades no RS: Unipampa (com 10 unidades); UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul (com 3 unidades no RS); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (transformada).</p> <p>Criação do Pronuni, com 142.773 alunos beneficiados no RS (até março de 2016). O Programa assegurou no país 1,9 milhões de bolsas. O FIES beneficiou 2,71 milhões de estudantes, com financiamento com custo subsidiado.</p> <p>Com o Reuni, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades – foram ampliadas a oferta de vagas e a infraestrutura das instituições de ensino superior.</p> <p>As matrículas no ensino superior mais que dobraram. Em 2015, eram 8,03 milhões de matrículas, contra 3,52 milhões, em 2002.</p> <p>O percentual de matrícula da população de 18 a 24 anos na educação superior no RS passou de 13,0%, em 2001, para 21,3%, em 2015.</p> <p>No Programa Ciência sem Fronteiras, as matrículas em pós-graduação dobraram, acompanhadas de um aumento no número de bolsas. Foram concedidas 101 mil bolsas de estudo no exterior entre 2011 e 2014.</p> <p>O Pronatec garantiu 9,49 milhões de matrículas em cursos, com parceria com o Sistema S. Chegaram a 82% dos municípios brasileiros. E com reserva de vagas para beneficiários do Bolsa Família.</p>	<p>➤ A atuação do governo Bolsonaro no Ensino Técnico e Superior foi um caos: O governo abriu as universidades para empresas, para combater o que chama de ideologia de esquerda e o "progressismo" na educação.</p> <p>Tirou poderes dos Conselhos Universitários no processo de escolha dos dirigentes das instituições federais de Ensino Superior e mudou a forma de escolha dos reitores.</p> <p>Lançou o Programa Future-se, que possibilitou a abertura para contratação de organizações sociais ou de fundações para a execução de atividades e a possibilidade das universidades fecharem parcerias como a iniciativa privada.</p> <p>O número de contratos do FIES no Brasil reduziu de 733 mil contratos em 2014 para 43 mil Bolsas em 2021 (a média anual de contratos no governo Bolsonaro caiu para 60 mil ao ano, diminuição de 69%).</p> <p>O número de bolsas do Pronuni caiu 30% entre 2020 e 2021.</p> <p>O Ministério da Educação apresentou o Reuni Digital, com caráter fortemente privatista do programa. A proposta de Reuni Digital acaba por atacar o tripé ensino, pesquisa e extensão, intensificando a concepção da educação superior como mercadoria e não como direito social.</p> <p>Acabou com o Ciências sem Fronteira.</p> <p>Pronatec: Desde 2015, sem política federal, ensino técnico tem matrículas estagnadas.</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<ul style="list-style-type: none">➤ Em 2010, no Governo Lula, foi realizada a Conferência Nacional de Educação (Conae), que estabeleceu as metas do Plano Nacional de Educação. O Plano elevou o investimento em educação, chegando em 10% do PIB em 2024, utilizando verbas oriundas do Pré-Sal, da Petrobras (75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para educação).➤ Triplicamos recursos no Ministério da Educação (MEC), passando de R\$ 49,3 bilhões, em 2002, para R\$ 151,7 bilhões, em 2015. No governo Dilma, os investimentos na área superaram em R\$ 54 bilhões o piso constitucional.➤ O investimento dos governos Lula e Dilma na educação cresceu em todos os níveis de ensino. Entre 2000 e 2014, o investimento total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) passou de 4,7% para 6,4%.➤ De 2011 a 2015, o montante do orçamento destinado às universidades federais chegou a R\$ 32,9 bilhões.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Bolsonaro quer desvincular os recursos do Fundo Social da Educação e da Saúde.➤ Nos governos Temer e Bolsonaro os recursos aplicados em Educação diminuem, chegando a apenas R\$ 118,4 bilhões em 2021.➤ Desde 2018, o percentual do PIB aplicado educação está estacionado em 4% (OCDE).➤ No governo de Jair Bolsonaro, as universidades federais sofrem com a infraestrutura sucateada. O orçamento foi reduzido de R\$ 13 bilhões em 2018, para R\$ 8,2 bilhões em 2021.
<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Lula e Dilma a Educação Básica foi valorizada, com vários programas em apoio às Escolas, Estados e Municípios: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) garantiu, em 13 anos, cerca de R\$ 14 bilhões transferidos para financiar melhorias em infraestrutura física e pedagógica das escolas. A Educação em Tempo Integral chegou a quase 60 mil escolas estaduais e municipais, que receberam investimentos, com ampliação da jornada de milhares de escolas públicas para, no mínimo, 7 ou mais horas diárias. Na educação infantil foram assegurados recursos para a construção de mais de 8 mil creches, através do Proinfância. O Programa Caminho da Escola garantiu 30,5 mil ônibus escolares (28 mil para o transporte rural e 2,5 mil para o transporte de crianças com deficiência nas áreas urbanas); 918 lanchas, para atender crianças em localidades onde o transporte é feito por meio fluvial. A Merenda Escolar teve reajuste no valor per capita transferido para estados e municípios e autorização da compra direta da Agricultura Familiar. O número de estudantes atendidos cresceu de 36,4 milhões para 41,3 milhões, entre 2002 e 2015. Os programas de livro didático, alimentação, transporte e saúde escolar foram estendidos da creche ao ensino médio.	<ul style="list-style-type: none">➤ Para o governo Bolsonaro, Educação Básica não é prioridade: O MEC só executou a modalidade básica do PDDE, previsto para pequenas obras e compras, sem repasse para modalidades específicas, como obras de acessibilidade, fornecimento de água, instalação de internet e apoio a escolas rurais. Em 2021 somente 15% dos alunos estudavam em tempo integral. A meta do Plano Nacional de Educação é ter ao menos 25% dos alunos em Tempo Integral até 2024. Das 9.028 obras de creches, aprovadas desde 2007 pelo Proinfância, 4.981 ainda não foram finalizadas pelo atual governo. O valor repassado pela União a estados e municípios, para merenda escolar é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino. O Governo Federal, desde 2017, paga, somente, R\$ 0,36 dia, por aluno, para a merenda escolarizada no ensino fundamental e médio.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Olívio criamos a UERGS, que foi revitalizada no governo Tarso Genro com ampliação do orçamento; aprovação de plano de carreira; realização de concurso público e nomeações; ampliação do número de professores e de alunos.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Sartori e Leite criam obstáculos para a ampliação da UERGS.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso, os recursos aplicados em educação aumentaram de 27% da Receita Líquida de Impostos e Transferências em 2010 para 32,8% em 2014 (R\$ 11,964 bilhões).➤ Considerando somente o Grupo Investimentos, no governo Tarso aplicamos R\$ 212,4 milhões/ano.➤ No governo Tarso aplicamos R\$ 115,1 milhões/ano em investimentos na rede física (construção, ampliação e manutenção), equipamentos e mobiliário.	<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Sartori e Leite, os recursos aplicados em educação reduziram de 32,8% da Receita Líquida de Impostos e Transferências em 2014 para 26,7% em 2018 e para 25,8% em 2021 (R\$ 11,615 bilhões).➤ Considerando somente o Grupo Investimentos, o governo Sartori aplicou R\$ 90,8 milhões/ano e o governo Leite R\$ 115,3 milhões/ano (2019 a 2021).➤ No governo Sartori foram aplicados R\$ 69,7 milhões/ano em investimentos na rede física (construção, ampliação e manutenção), equipamentos e mobiliário (redução de 39,4% em relação ao governo Tarso).➤ No governo Leite foram aplicados apenas R\$ 63,1 milhões/ano (2019 a 2021) em investimentos na rede física (construção, ampliação e manutenção), equipamentos e mobiliário (redução de 45,2% em relação ao governo Tarso).➤ A redução de recursos aplicados na rede física justifica o caos nas Escolas Estaduais: prédios interditados; obras inacabadas ou não iniciadas; problemas elétricos.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso criamos o Fórum Estadual de Educação, que coordenou a mobilização e a proposição do primeiro Plano Estadual de Educação, com a participação da comunidade escolar. O número de matrículas na Rede Estadual (inicial) era 1.050.692 em 2014. No governo Tarso o número de escolas em 2014 era de 2.568. O governo Tarso ampliou o atendimento na Educação de Jovens e Adultos.	<ul style="list-style-type: none">➤ Os governos Sartori e Leite não cumpriram as metas do Plano Estadual de Educação: O número de matrículas na Rede Estadual (inicial) reduziu de 1.050.692 em 2014 para 987.343 em 2019 e para apenas 749.431 em 2021 (uma redução de 301.261 alunos desde 2014). No governo Leite, em 2021, houve uma diminuição no número de escolas para 2.386 em 2021. De 2016 a 2021 foram fechadas 7 mil turmas. Nos últimos três anos o Estado ofereceu 56% a menos de matrículas nos cursos de EJA. Na Educação Profissional Técnica de Nível Médio o número de matrículas caiu de 131.801 em 2015 para 124.236 em 2020. No Tempo Integral, o número de matrículas caiu de 18,8% em 2015 para 12,3% em 2020.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso diminuímos a taxa de abandono escolar do Ensino Médio para 9,0%, em 2014. Quando assumimos o governo era de 11,5%.	<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Leite, a taxa de abandono escolar aumentou (10,07% em 2021). O RS tem a



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<ul style="list-style-type: none">➤ Garantimos dedicação de um terço da carga horária do Magistério para planejamento e estudos, atendendo à lei do piso.➤ Garantimos a formação continuada para os profissionais da educação em parceria com as instituições de ensino superior, com mais de 520 mil participantes.➤ Implantamos Programa Província de São Pedro, atendendo 2.576 escolas e atingindo um público de 1.200.000 alunos. O Programa garantiu a qualidade da educação através da qualificação tecnológica, visando a modernização de equipamentos e de espaços, e investimos na formação pedagógica dos professores para o uso das mídias no ambiente escolar.➤ A Educação no Campo foi fortalecida com a construção da Proposta de Reestruturação Curricular do Campo, por Ciclos de Formação, em diálogo com a comunidade escolar e os movimentos sociais, reafirmando o respeito à identidade e valorizando as culturas das diferentes categorias sociais do campo e da cidade.➤ Foi dado atendimento prioritário às demandas de quilombolas, indígenas e assentados (transformadas sete escolas Kaingang para o Ensino Médio; criado um curso de pós-graduação - Proeja Indígena).➤ Implantamos, gradativamente ao longo dos quatro anos, o Ensino Médio Politécnico, a integração da educação profissional e educação geral e a introdução da pesquisa como prática pedagógica.	<p>quarta pior taxa de abandono do ensino médio do Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ O Governo Leite não investiu nas escolas de tempo integral,➤ O Programa Mais Educação acabou e o Programa Escola Aberta foi desestruturado.➤ Proibiu a abertura de novas turmas nas modalidades da EJA, NEEJA e cursos técnicos.➤ Enturmou e multisseriou, especialmente as Escolas do Campo.➤ Desativou setores importantes dentro das escolas (bibliotecas, laboratórios...).➤ O governo Leite flexibiliza normas estaduais para facilitar o fechamento ou a municipalização de escolas do campo, sem discussão com as comunidades.➤ Privatizou e pulverizou a política educacional, que passa a ser realizada, em grande parte, por entidades privadas, vendedoras de pacotes educacionais.➤ Impôs sistemas padronizados e externos de avaliação da aprendizagem dos alunos, sem considerar as especificidades pedagógicas de cada escola e dos alunos.➤ Implantou o Novo Ensino Médio aos atropelos, sem debate com a comunidade escolar e gestado por entidades empresariais, precarizando a formação integral dos estudantes.➤ A grade curricular do Ensino Médio fragiliza a formação geral integral e direciona precocemente os alunos para a escolha profissional. Os períodos da formação geral diminuem, especialmente química, Física, Biologia, Sociologia, Literatura, Educação Física, Filosofia, Espanhol e Artes.
<ul style="list-style-type: none">➤ Nossos governos valorizam as Trabalhadoras e os Trabalhadores em Educação.	<ul style="list-style-type: none">➤ Os governos neoliberais elegem os servidores como os responsáveis pela crise financeira do Estado, penalizando, também o Magistério e os Servidores de Escola.
<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Olívio, resgatou o Plano de Carreira do Magistério (sobreposição dos níveis), que tinha sido modificado no governo Britto, e criou o Plano de Carreira dos Servidores de Escola.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Leite acabou com o Plano de Carreira do Magistério. Por exemplo, antes o valor do Nível 6 era o dobro do valor do Nível 1 (100% maior); agora o valor do Nível 6, Classe A, é apenas 30% maior que o valor do Nível 1, Classe A.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Olívio concedemos 43,6% de reajuste ao Magistério e Funcionários de Escola. Além disso, foi concedido um reajuste de 20% no valor do vale-refeição e a incorporação de 20% do abono (parcela autônoma) ao vencimento básico para	<ul style="list-style-type: none">➤ Nos governos Sartori e Leite, os Trabalhadores em Educação ficaram sete anos com salários congelados.➤ No governo Leite a reposição para o Magistério foi de 32% no subsídio (o que



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>professores e 100% para os Servidores de Escola. O reajuste de 43,6% chega a 72,3% com a incorporação do Abono e com o Fim da Sobreposição dos Níveis (atingiu 75% da categoria).</p> <p>➤ No governo Tarso concedemos reajuste de 76,7% para o Magistério e Servidores de Escola (frente a uma inflação de 26,3%).</p>	<p>representou apenas 10,8% na Folha) e reposição de 6% da Revisão Geral, totalizando 17,4%, diante de uma inflação de 59,5% (INPC de 01/2015 a 05/2022).</p> <p>➤ No governo Leite os Servidores de Escola tiveram uma reposição de apenas 6%. Com isso, na folha de fevereiro (SEFAZ - Portal BI/Cubos-RHE), 14.373 servidores receberam completo para chegar ao Salário Mínimo Regional, dos quais 11.769 são Servidores de Escola. Entre os Servidores de Escola Ativos, 54,2% recebeu completo, em valor médio de R\$ 574,00.</p>
<p>➤ No governo Tarso a remuneração média líquida na Educação passou de R\$ 1.167,41 para R\$ 1.961,33 (uma variação de 68%, diante de uma inflação de 26,3%).</p>	<p>➤ Nos governos Sartori e Leite a remuneração média líquida na Educação está em apenas R\$ 2.297,63 (uma variação de apenas 17,1% desde o final do Governo Tarso), diante de uma inflação 59,5% (INPC de 01/2015 a 05/2022).</p>
<p>➤ No final do governo Tarso, a Educação representava 67,7% das matrículas do Poder Executivo e 46,7% da folha.</p>	<p>➤ Com os governos Sartori e Leite, hoje a Educação responde por 66,2% das matrículas do Poder Executivo e representa apenas 38,5% da folha (06/2022).</p>
<p>➤ Nos governos Olívio e Tarso realizamos promoções dos Trabalhadores em Educação:</p> <p>➤ No governo Olívio, foram realizadas sete promoções para o Magistério, atrasadas de 1993 a 1999, totalizando quase 91 mil professores beneficiados, e as promoções dos Funcionários de Escola, atrasadas desde 1989, beneficiando mais de 21 mil trabalhadores.</p> <p>➤ No governo Tarso foram promovidos 34.364 professores.</p>	<p>➤ Os governos Sartori e Leite não efetivaram nenhuma promoção para o Magistério e para os Servidores de Escola.</p>
<p>➤ No governo Olívio foram realizados dois concursos públicos para o Magistério (com nomeação de 25.468 professores) e, em 2022, um concurso público para 6.350 vagas de Servidores de Escola.</p> <p>➤ No governo Tarso Genro foram realizados dois concursos públicos para o Magistério Estadual e um concurso para servidores de escola.</p>	<p>➤ Os governos Sartori e Leite (MDB e PSDB) não realizaram nenhum concurso público para professor e funcionários.</p> <p>➤ Em 06/2022 o percentual de contratos precários para o Magistério representava 43,1% sobre o total (24.544 contratados e 32.343 efetivos).</p> <p>➤ Em 06/2022 o percentual de contratos precários para Servidor de Escola chegou 54,2% sobre o total (8.847 contratados e 7.470 efetivos).</p> <p>➤ Agora, “no apagar das luzes” o governo Leite anuncia a realização de um concurso para 1.500 vagas.</p> <p>➤ Os governos Sartori e Leite (PMDB e PSDB) reduziram 29.841 servidores da Administração Direta (de 12/2014 a 06/2022), dos quais 25.483 na Educação.</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

SAÚDE	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Dilma criou (2013) o Programa Mais Médicos, garantindo a presença de 18.240 médicos (mais de 11 mil cubanos), com atuação em 4.058 municípios e 34 distritos indígenas. O Programa levou acesso à Atenção Básica a 63 milhões de brasileiros (24,6% da população brasileira).➤ No Rio Grande do Sul, em 2015, o Programa Mais Médicos estava presente em 75% dos municípios gaúchos (371), com 1.235 médicos.	<ul style="list-style-type: none">➤ No final de 2018, após declarações do presidente Bolsonaro, Cuba encerrou o convênio com a OPAS e retirou seus profissionais do país. A reposição de médicos, após a saída dos cubanos, não ocorreu.➤ No início de 2019 o governo Bolsonaro anunciou o fim do Programa Mais Médicos e sua substituição progressiva pelo novo modelo, nomeado Médicos pelo Brasil.➤ Se comparado a 2015, em 2019 o Rio Grande do Sul deixou de atender 37 municípios com o Programa. Se comparado a 2017 (ano com maior número de vagas ocupadas), em 2019 houve uma redução de 319 médicos.
<ul style="list-style-type: none">➤ Durante o governo Lula tivemos o auge de vacinação no país, com média de 0,81 dose por habitante ao ano. A média anual de doses aplicadas foi de 151 milhões.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Bolsonaro foi o que menos vacinou brasileiros desde 1994 (início da série histórica do SUS). A média anual foi de 104 milhões de doses aplicadas, o equivalente a 0,49 dose por habitante ao ano.
<ul style="list-style-type: none">➤ Em abril de 2014, nos governos Dilma e Tarso, haviam 31.369 leitos de internação hospitalar no Rio Grande do Sul, sendo que 70% destes destinados ao SUS.	<ul style="list-style-type: none">➤ Durante os governos Bolsonaro e Leite, em abril de 2022 (período ainda de pandemia) haviam 29.580 leitos de internação hospitalar no RS, sendo que 67% destes destinados ao SUS.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso Genro os recursos aplicados em saúde quase dobraram: de 7,9% da Receita Líquida de Impostos e Transferências em 2010, para 12,7% em 2014. O RS era o Estado que menos aplicava.➤ A Lei Complementar Federal 141/2012 determinou a aplicação mínima de 12% em Ações e Serviços de Públicos de Saúde.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Sartori aplicou 12,2% em saúde em 2017.➤ O Governo Leite, em 2021 (plena pandemia), aplicou 12,2%. No entanto, considerando estritamente as Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme a Lei Complementar Federal 141/2012, a aplicação corresponde a 9,7%.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso Genro, a população atendida pela Estratégia de Saúde da Família – ESF passou de 36,3% em 2010 para 51,1% em 2014. Foi o Estado que mais cresceu.	<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Sartori, a população atendida pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) atingiu 58,8% em 2017.➤ No governo Leite, em dezembro de 2020 (pandemia), a taxa de cobertura da ESF caiu para 54,9%.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso Genro, a população atendida pelos Agentes Comunitários de Saúde passou de 32,5% em 2010 para 43,9% em 2014.	<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Sartori, em 2017, a população atendida pelos Agentes Comunitários de Saúde chegou a 48%. (No governo Leite, em dezembro de 2020 (pandemia), a população atendida pelos Agentes Comunitários de Saúde caiu para 45,3%.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso ampliamos o atendimento do SAMU, passando de 68% em 2010 para 90% da população em 2014.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Sartori não ampliou o atendimento do SAMU.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<ul style="list-style-type: none">➤ Em 2020, no governo Leite, houve pequena ampliação do atendimento do SAMU, atingindo 93,4% da população.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso, em 2014, a cobertura vacinal contra a poliomielite chegou a 95,4%, a contra o sarampo a 107,7% e a contra meningite a 97,9%.	<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Sartori, em 2018, a cobertura vacinal caiu: contra a poliomielite foi para 72,0%; contra o sarampo, 76,3%; contra a meningite, 73,1%.➤ No governo Leite, em 2021, a cobertura vacinal manteve-se baixa, com pequena variação se comparado ao governo Sartori: contra a poliomielite, 75%; contra a meningite, 76,7; contra o sarampo (tríplice viral), 54,2% (segunda dose).
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso Genro, o número de Autorização de Internação Hospitalar - AIH aumentou, passando de 729.679 em 2010 para 768.393 em 2014.	<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Sartori, o número de Autorização de Internação Hospitalar - AIH diminuiu, passando de 768.393 em 2014 para 755.228 em 2017.➤ No governo Leite, o número de AIH chegou a 771.568 em 2019, reduzindo para 709.799 em 2021. Cabe destacar o cancelamento das cirurgias eletivas, para atenção às urgências da Covid-19 e que os tempos de internação decorrentes da Covid foram mais longos.
<ul style="list-style-type: none">➤ A Bancada do PT na Assembleia Legislativa atuou fortemente no sentido de amenizar os efeitos da pandemia: Destinou 100% dos recursos das Emendas da Bancada para a saúde no Orçamento de 2021. Propôs e coordenou a Comissão Externa de Acompanhamento do Processo de Vacinação. Propôs e coordena a Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas da Covid-19. Realizou diversas Audiências Públicas. Apresentou Projetos de Lei, como: Apoio aos Agricultores Familiares, Micro e Pequenas Empresas, Autônomos e MEIs; Renda Básica Emergencial; Proteção Social aos Órfãos da Covid-19; Conscientização sobre o Uso de Máscaras; Transparência das Informações no Contexto Escolar; Ampliação do Orçamento na Saúde.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Leite flexibilizou, precipitadamente, medidas de controle da transmissão do coronavírus, transferindo responsabilidade aos municípios e contribuindo para o aumento da circulação das pessoas, ainda sem vacina disponível, o que resultou em elevadas taxas de contaminação, óbitos e hospitalizações, sobretudo nos meses de março, abril e maio de 2021.➤ O governo Leite, ao invés de adotar numa política de prevenção à infecção pelo coronavírus, criou um sistema de distanciamento controlado, cujo principal indicador foi a disponibilidade de leitos hospitalares. Ou seja, não protegeu as pessoas para que não adoecessem.➤ A taxa de mortalidade pela covid-19 no Rio Grande do Sul (até 29/04/2022) chegou a 345,3 por 100.000 habitante, maior que a média do Brasil, que foi de 315,6 por 100.000 habitantes.
SEGURANÇA PÚBLICA	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Nossos governos aplicam um novo conceito de segurança pública, que prioriza a prevenção, o combate às causas da violência, a proteção dos	<ul style="list-style-type: none">➤ Conceito de segurança pública pós período militar, baseado na repressão.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>direitos, a aplicação do sistema de inteligência nas investigações e políticas transversais.</p>	
<p>➤ Os governos Lula e Dilma assumiram um papel indutor de políticas de segurança, por meio da construção de ações integradas entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/Ministério da Segurança), Ministério da Justiça (MJ), Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e Forças Armadas. Entre as ações, destacamos:</p> <p>Criação da Força Nacional de Segurança;</p> <p>Criação do Sistema Único de Segurança Pública, com modernização da ação no combate ao crime, especialmente com a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada;</p> <p>Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania PRONASCI, articulando 19 ministérios, 94 ações e intervenções nos diversos entes subnacionais;</p> <p>Plano de Ampliação e Melhoria do Sistema Prisional, com o maior programa de construção de unidades prisionais da história;</p> <p>Programa Rodovida, visando à redução de acidentes nas rodovias federais;</p> <p>Criação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas – SINESP, sistema de informações e estatísticas nacionais, em cooperação com os estados;</p> <p>Criação do Programa Brasil Mais Seguro, com ações policiais integradas nas regiões de grande densidade de violência, utilizando polícia preventiva, ostensiva, inteligência policial, aprimoramento de técnicas de investigação e treinamento de policiais;</p> <p>Plano Integrado de Fronteira, em atuação conjunta entre Ministério da Justiça e Ministério da Defesa;</p> <p>Crack, É Possível Vencer, primeiro plano de ação integrada entre o Ministério da Justiça, Ministério da Saúde e Ministério de Desenvolvimento Social;</p> <p>Segurança nos Grandes Eventos, como Rio +20, Copa das Confederações, visita do Papa, Copa do Mundo e Olimpíadas.</p>	<p>➤ O governo FHC manteve-se ausente da discussão e da promoção de mecanismos de indução de uma Política Nacional de Segurança Pública em todo primeiro mandato e parte do segundo mandato. Somente em 1997 teve a iniciativa de criar a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Sem projetos estruturais, enfraqueceu e pulverizou os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).</p> <p>➤ Os governos Temer e Bolsonaro deterioraram a qualidade dos registros oficiais.</p> <p>➤ O governo Bolsonaro desenvolveu uma política de morte:</p> <p>Permissibilidade em relação às armas de fogo e à munição, facilitando crimes por motivos fúteis e passionais;</p> <p>Incentivo à violência no campo;</p> <p>Aparelhamento das Organizações de Segurança Pública;</p> <p>Redução de recursos (em 2022, corte de R\$ 54,8 milhões da Segurança Pública);</p> <p>Crescimento da Violência Policial (conforme o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021”, em 2020 foram 6.416 civis mortos por intervenções de policiais civis e militares da ativa);</p> <p>Crescimento da Violência contra Mulheres, População Negra, Crianças, LGBTQIA+, população em vulnerabilidade social.</p>
<p>➤ No Governo Olívio desenvolvemos um conjunto de ações que fortaleceram a Segurança Pública:</p> <p>Criação do Protege com atuação em 4 eixos centrais: valorização e Qualificação dos Recursos Humanos; integração das atividades policiais e reequipamentos das polícias e dos serviços periciais; humanização do Sistema Prisional e Controle social dos serviços de segurança;</p>	<p>➤ No governo Sartori o aumento da criminalidade foi enorme:</p> <p>Crescimento de 35% da média de homicídios dolosos;</p> <p>Crescimento de 20% da média de furto de veículos;</p> <p>Crescimento de 77% da média de roubos;</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

Valorização dos servidores, com a integralização dos 222% de risco de vida e regulamentação do pagamento de horas extras;

Criação do **Sistema Especial de Saúde**, pioneiro no país, para atendimento e tratamento dos servidores da segurança pública nas áreas de psicologia e doenças do trabalho.

- No **governo Tarso** desenvolvemos uma **Política de Segurança Pública** baseada no **fortalecimento institucional** e focado na atuação preventiva:

RS na Paz, com a **implantação de 10 Territórios da Paz**, com um conjunto de políticas transversais voltadas para as áreas mais vulneráveis à criminalidade;

Polícia Comunitária: interação, colaboração e parceria da polícia com a comunidade com a implantação de 151 Núcleos, beneficiando 1,5 milhão de pessoas;

Gabinetes de Gestão Integrada: instalação de 70 Gabinetes de Gestão Integrada Municipais e a instalação do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira;

Criação do Departamento Estadual de Gestão do Conhecimento para **Repressão à Corrupção**;

Instalação de 06 **Delegacias de Homicídios de Proteção à Pessoa**;

Disque Denúncia 181: ferramenta utilizada internacionalmente no combate à violência e à criminalidade;

Automação das Perícias de DNA-IGP: tecnologia na busca e identificação de criminosos, em especial, a autoria de crimes como homicídios e estupros;

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras Enafron: possibilitou o reaparelhamento da Brigada Militar, Polícia Civil e IGP;

Sistema Integrado Metropolitano de Comunicação e Monitoramento - SIM-COM: dados capturados por câmeras fixas para leitura e identificação de placas e veículos para o enfrentamento ao roubo de veículo;

Centro Integrado de Comando e Controle Regional: articulação de ambientes operacionais como vídeo-monitoramento, recebimento de chamadas da população e despachos de veículos, com a ampliação de 12 para 31 posições de atendimento de emergência, de 11 para 56 posições de despacho de patrulhas, de 02 para 50 posições de vídeo-monitoramento, permitindo monitorar 400 câmeras;

Qualificação do Sistema Prisional, com a criação

Crescimento de **41%** da média de **laticínios**;
Crescimento de **53%** da média de **roubos de veículos**;

Explosão do número de **homicídios**: Santa Maria chegou a crescer 106%, Tramandaí 73% e Pelotas 70%;

Aumento do déficit de vagas, com aumento de 9.894 presos e ampliação de apenas 783 vagas.

- No **governo Leite** o RS teve **crescimento** dos crimes cometidos dentro de casa, **violência doméstica** e intrafamiliar, principalmente o estupro (12,5%) e o feminicídio (21%). Em **2020**, **cinco mulheres ou meninas foram vítimas de violência sexual** por dia, em seu ambiente familiar.

- No **governo Leite** a **Violência Policial aumentou**, com o maior número de civis mortos dos últimos 20 anos.

- Os governos **Sartori e Leite** reduziram **29.841 servidores** da Administração Direta (de 01/2015 a 06/2022), dos **1.736 na Segurança**. Na **Segurança**, a **maior redução** é na **Brigada Militar e Corpo de Bombeiros**, com **2.402 servidores** a menos desde o final do governo Tarso.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>de 3.642 novas vagas no regime fechado e 776 no semiaberto, criação do programa de tornozeleiras e ampliação de 08 para 25 Unidades Básicas de Saúde para atendimento dos presos em regime fechado;</p> <p>Aquisição de 2.669 viaturas, 6.848 armas, 18.019 coletes, 56 caminhões de bombeiros e 01 helicóptero;</p> <p>Ações de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com a implantação de programas inovadores e premiados internacionalmente, como o Patrulha Maria da Penha, o Observatório da Violência Contra Mulher, a Sala Lilás, o Projeto Metendo a Colher, ampliação de delegacias especializadas no atendimento às mulheres.</p>	
<p>➤ No governo Tarso valorizamos os servidores da Segurança:</p> <p>Reajuste histórico, com uma política que se estendeu até novembro de 2018, beneficiando os servidores de menor remuneração. Somente durante o governo Tarso, os reajustes foram os seguintes: na Brigada Militar, um soldado de 1ª Classe teve um reajuste de 104,5%, enquanto um coronel teve 33,8%; na Polícia Civil, inspetores, comissários e investigadores receberam reajustes de 53,8% a 184,1%, enquanto um Delegado de 1ª Classe teve 39%; na Susepe, os servidores receberam reajustes que variaram de 82,6% a 214,1%; no IGP, os servidores tiveram um reajuste médio de 73,9%;</p> <p>A remuneração bruta média da Segurança passou de R\$ 3.214 em dezembro de 2010 para R\$ 6.067 em dezembro de 2014 (reajuste médio de 88,8%);</p> <p>➤ Realizadas 17.649 promoções (7.469 policiais militares, 5.580 policiais civis, 4.337 agentes penitenciários e 263 peritos e técnicos do IGP).</p>	<p>➤ No governo Leite os servidores da Segurança estavam sem reajuste desde novembro de 2018. Em 2022 tiveram uma recomposição de 6% referente à Revisão Geral, diante de uma inflação de 27,6% no período (INPC 12/2018 a 05/2022).</p> <p>➤ O governo Leite acabou com a verticalidade para os servidores da Brigada Militar e Bombeiros. Antes, o básico de um Soldado Segunda Classe, equivalia a 23,1% do Salário de um Coronel; agora o subsídio de um Soldado Nível 3 equivale a apenas 16,8% do subsídio de um Coronel.</p> <p>➤ A remuneração média bruta passou de R\$ 6.067 em dezembro de 2014 para R\$ 10.845 em dezembro de 2018 (reajuste médio de 78,7%), fruto da política aprovada ainda no governo Tarso, e para R\$ 11.341 em junho de 06/2022 (recomposição média de apenas 4,6%). No entanto, a remuneração líquida média, no governo Leite reduziu 4,5% (Dez/18 a Jun./22), tendo em vista a cobrança de contribuição previdenciária para os inativos que recebem entre um Salário-Mínimo e o teto do INSS (de R\$ 6.293 para R\$ 6.011).</p>
ASSISTÊNCIA SOCIAL	
NÓS	ELES
<p>➤ Com Lula e Dilma o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU. Foi a maior redução de pobreza da história do Brasil.</p> <p>➤ No Bolsa Família foram atendidas 405.128 famílias no RS.</p> <p>➤ O Programa Brasil Sem Miséria incluiu Atividades Produtivas Rurais, através do qual foram</p>	<p>➤ Com o Golpe e os governos Temer e Bolsonaro, o Brasil voltou ao Mapa da Fome.</p> <p>➤ Os governos Temer e Bolsonaro desmontaram o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sobrecarregando estados e municípios.</p> <p>➤ Redução do Orçamento da Assistência Social</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>beneficiadas 12.167 famílias no RS.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ No Pronatec - Qualificação Profissional, de 2011 a 2015, foram 181.720 matrículas.	<p>ano a ano. Em 2021 teve uma redução de 59,3% nas despesas discricionárias em relação ao ano anterior.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Redução dos atendimentos nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS de cerca de 10 milhões de pessoas e famílias por ano em situação de desemprego, fome e eminência de violência doméstica.➤ A ausência de recursos nas Ações de Proteção Social Especial representou uma redução nos atendimentos nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social de cerca de 50% às pessoas e famílias em situação de violência doméstica ou comunitária.➤ Diminuição dos atendimentos às pessoas em situação de rua em aproximadamente 280 mil por mês.➤ Diminuição de 133 mil vagas em serviços de acolhimento institucional (abrigos, casas lares, casas de passagens e residências inclusivas).
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso, aplicamos em média R\$ 14,6 milhões/ano em Assistência Social, sem contar os recursos do RS Mais Igual que durante os quatro anos de governo alcançou R\$ 100 milhões.➤ No governo Tarso os recursos aplicados na Rede de Proteção à Família chegaram a R\$ 10 milhões.	<ul style="list-style-type: none">➤ Os governos Sartori e Leite contribuem para o desmonte do SUAS.➤ O governo Sartori aplicou apenas R\$ 6,4 milhões/ano em Assistência Social.➤ O governo Leite, mesmo com a pandemia e o acréscimo de políticas como o direito animal, aplicou apenas R\$ 7,4 milhões/ano.➤ O governo Leite quase zerou as Políticas como Restaurante Popular e projetos de Segurança Alimentar e Nutricional.➤ No governo Leite os recursos aplicados na Rede de Proteção à Família foram reduzidos para R\$ 763,4 mil.
TRANSFERÊNCIA DE RENDA	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Lula criou, em 2003, o Programa Bolsa Família: O Bolsa Família, foi fundamental para que 36 milhões de brasileiros saíssem da extrema pobreza; O Programa beneficiou cerca de 14 milhões de famílias e 50 milhões de pessoas; Em 2015, foram investidos R\$ 27,7 bilhões; No RS o Bolsa Família beneficiou 447.239 famílias.➤ Através do Brasil Carinhoso, 580 mil crianças do Programa Brasil sem Miséria foram matriculadas em creches da rede pública.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Temer desmontou o Programa Brasil sem Miséria e o Programa Brasil Carinhoso foi extinto e o repasse de recursos para os municípios foi interrompido.➤ O governo Bolsonaro, com a EC 95/2016, reduziu o Bolsa Família e mesmo antes da pandemia já tínhamos 2 milhões de famílias na lista de espera.➤ No RS, em junho de 2022, o Auxílio Brasil mantinha pelo menos 100 mil famílias gaúchas em lista de espera e milhares em filas para poder se cadastrar.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<ul style="list-style-type: none">➤ Em novembro de 2021 Bolsonaro extingue o Bolsa Família e cria o Auxílio Brasil. Com a PEC Eleitoreira, o Auxílio passa para R\$ 600,00 por família e o Auxílio Gás passa para R\$ 120,00, mas somente até passar a eleição, demonstrando que Bolsonaro só pensa nele e não nos 33 milhões de brasileiros que passam fome.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso implantamos o Programa RS Mais Igual, alinhado às ações do Brasil Sem Miséria e do Combate à Extrema Pobreza em nível nacional e estadual: O Programa era organizado em três eixos de atuação: Transferência de Renda; Acesso aos Serviços Públicos; Inclusão Produtiva; O Eixo Transferência de Renda atendeu famílias com renda inferior a R\$ 100,00 por pessoa e que tinham entre seus membros pelo menos uma criança de 0 a 6 anos; Somente com o Transferência de Renda, foram atendidas 100 mil famílias (306 mil pessoas) em 474 municípios. Os recursos aplicados durante os quatro anos alcançaram R\$ 100 milhões.➤ No governo Tarso, aumentamos em 30% o número de famílias inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Sartori acabou com o RS Mais Igual. As famílias foram sendo desligadas e em novembro de 2015 foi feito o último repasse para apenas 36 mil famílias.➤ No governo Leite, somente em abril/2021 foi sancionada a Lei 15.604/2021 para atender os setores mais afetados pela pandemia (alojamento; alimentação; eventos; mulheres chefes de família extremamente pobres, que tenham ao menos 3 filhos e pelo menos 5 pessoas na família): A previsão era repassar R\$ 107 milhões na forma de subsídio a cerca de 104,5 mil beneficiários; Em um ano, apenas R\$ 12,6 milhões foram executados (11,8 %); Beneficiadas apenas 695 Mães-Solo e 6 mil Empresas do Simples; Os MEIs e Desempregados ainda não receberam nada.➤ O governo Leite criou o Devolve ICMS, visando beneficiar 398.126 famílias do Bolsa Família e 34.068 famílias com dependentes na rede escolar, com valor mínimo anual de R\$ R\$ 400,00. Das 432 mil famílias, 150 mil sequer retiraram o cartão.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE

NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Lula criamos a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, potencializando o protagonismo da juventude no debate das políticas públicas.➤ Nos governos Lula e Dilma criamos e fortalecemos vários programas: Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego; ProJovem Trabalhador; Aprendiz Legal; Pronatec; Lei de Estágio; Cotas nas Universidades para alunos negros,	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Temer esvaziou a Secretaria Nacional de Juventude, desarticulando todas as políticas.➤ No governo Temer, as regras do Prouni e do FIES foram alteradas, dificultando o ingresso na educação superior.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>indígenas e oriundos de escolas públicas; Prouni; Ciências Sem Fronteira.</p>	
<p>➤ No governo Tarso criamos o Conselho Estadual de Juventude e realizamos a 3ª Conferência Estadual de Juventude, que estabeleceram as prioridades para o próximo período. A partir disso, foram criados e implementados vários Programas: Programa Passe Livre Intermunicipal, facilitando o transporte de milhares de jovens que estudam em cidades diferentes de sua residência. Em 2014 foram aplicados R\$ 24,0 milhões. Centros de Juventude, voltados ao atendimento de jovens em áreas de vulnerabilidade social, com oficinas, cursos, atividades culturais e esportivas. Programa de Oportunidade e Direitos - POD, através do qual foram aplicados US\$ 56 milhões para investir na redução dos índices de criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em situação de risco. Bolsa Juventude Rural (Lei 14.373/2013), visando incentivar a permanência dos jovens no ensino médio e no meio rural. Inicialmente, foram contemplados 225 jovens de Escolas que trabalhavam com a Pedagogia da Alternância, no valor de R\$ 200,00/mês. Para 2015 estavam previstos no Orçamento R\$ 4,8 milhões, visando beneficiar 2.000 jovens, abrangendo alunos da Rede Pública Estadual.</p>	<p>➤ Os governos Sartori e Leite deram continuidade ao Passe Livre: Sartori aplicou em média R\$ 14,0 milhões/ano e Leite R\$ 21,2 milhões/ano (2019 a 2021). ➤ Os governos Sartori e Leite deram continuidade ao Programa Bolsa Juventude Rural, mas sem corrigir o valor da Bolsa e sem a ampliação prevista: O governo Sartori abriu inscrição para 327 Bolsas em 2017 e para 793 em 2018. No governo Leite, em 2022 foram abertas inscrições para 712 Bolsas.</p>
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	
NÓS	ELES
<p>➤ No Governo Lula criamos a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e realizamos a 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. ➤ No Governo Lula aprovamos a Lei Maria da Penha, criamos o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o Disque 180 para denúncias de violência contra mulheres. ➤ No Governo Dilma implementamos o maior programa da história do Estado Brasileiro no que tange às políticas públicas para as mulheres: o programa Mulher Viver Sem Violência, com a inauguração de várias “Casas da Mulher Brasileira”, nas capitais do país. ➤ No Governo Dilma lançamos as Diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, que seguem guiando a implementação e organização das redes de atendimento até hoje.</p>	<p>➤ O governo Temer extinguiu a Secretaria de Política para as Mulheres. ➤ O Governo Bolsonaro atacou e desmontou todas as políticas para as mulheres, cortando milhões do orçamento para a execução dessas políticas, especialmente de enfrentamento à violência contra a mulher: O orçamento do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos para 2022 teve um corte de 68% em relação a 2020 (R\$ 43,2 milhões em 2022 frente a R\$ 132,5 milhões em 2020); As Conferências Nacionais de Mulheres não foram realizadas; O Ministério das Mulheres se transformou num espaço de defesa religiosa e obscurantista; Todas as formas de violência contra as</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>mulheres criaram, sobretudo estupros e feminicídios, nas quais as mulheres negras foram as principais vítimas;</p> <p>Muitas lideranças feministas perseguidas e ameaçadas de morte, algumas inclusive, encontram-se exiladas fora do país;</p> <p>O Governo Bolsonaro não cumpre a Lei Maria da Penha;</p> <p>Durante a Pandemia o governo Bolsonaro aprofundou ainda mais a desigualdade social, racial e de gênero, com a precarização e ausência dos postos de trabalho para a população feminina e de acesso das mulheres chefes de família ao auxílio emergencial.</p>
<p>➤ No governo Olívio criamos a Coordenadoria da Mulher.</p> <p>➤ No governo Tarso criamos a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM e um conjunto de programas e ações de combate à discriminação e à violência, formação, geração de trabalho e renda:</p> <p>Ampliamos o número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher;</p> <p>Criamos a Patrulha Maria da Penha para atendimento de mulheres vítimas de violência e garantia do cumprimento de medidas protetivas;</p> <p>Criamos a Rede Lilás que atende mulheres vítimas de violência e prevê ações transversais de enfrentamento à violência;</p> <p>Criamos a Sala Lilás no IGP para atendimento reservado às mulheres vítimas de violência;</p> <p>Implementamos o Telefone Lilás (0800-541-0803), com mais de 8 mil atendimentos em todo o RS;</p> <p>Implementamos o Programa Mulher Viver Sem Violência, com atendimento às mulheres do campo e ribeirinhas através dos Ônibus Lilás;</p> <p>Reformamos e reestruturamos o Centro de Referência Estadual da Mulher - Vânia Araújo;</p> <p>Criamos o Observatório de Violência contra a Mulher, primeiro do país em âmbito estadual, para a sistematização de ações de enfrentamento à violência de gênero;</p> <p>Criamos o Crédito Lilás, programa de investimento para as mulheres empreendedoras, oferecido pelo Banrisul;</p> <p>Criamos o Programa SIM (Serviço de Informação à Mulher), com atendimento junto ao Tudo Fácil, mais uma porta de acesso à Rede Lilás;</p> <p>Capacitamos centenas de mulheres para o mercado de trabalho, através de cursos profissionalizantes (só na área de construção civil</p>	<p>➤ Os governos Rigotto e Yeda não aderiram ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, criado em 2007 durante governo Lula.</p> <p>➤ No governo Sartori tivemos vários retrocessos em termos de políticas de combate à discriminação e à violência contra as mulheres:</p> <p>Extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres;</p> <p>Não implementação da Casa da Mulher Brasileira em Porto Alegre, um dos únicos estados brasileiros que não conta com o serviço;</p> <p>Não encaminhou os Centros Binacionais de enfrentamento ao Tráfico de Mulheres nas regiões da fronteira do RS;</p> <p>A Patrulha Maria da Penha foi sendo desestruturada e as equipes deslocadas para outros atendimentos;</p> <p>As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, as Salas Lilás e o Centro de Referência Vânia Araújo foram sucateados;</p> <p>A base do governo Sartori apresentou e aprovou emendas para a supressão de referências à questão gênero, sexualidade e identidade de gênero no Plano Estadual de Educação.</p> <p>➤ O governo Leite representa o pior o Governo do último período em relação às Políticas para as Mulheres no RS:</p> <p>Não execução de recursos públicos para a manutenção mínima das políticas para as mulheres (no primeiro ano de governo apenas R\$ 32 mil foram executados para as políticas específicas para as gaúchas);</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>mais de 3.200 mulheres foram beneficiadas);</p> <p>Organizamos e encaminhamos todo o processo de implementação da Casa da Mulher Brasileira no RS, que funcionaria na zona norte de Porto Alegre. No entanto, nem o Governo Sartori e nem o Governo Marchezan, continuaram a execução do serviço.</p> <p>A execução orçamentária foi recorde na história do RS no que tange às políticas para as mulheres;</p> <p>Como resultado deste conjunto de políticas, houve uma diminuição significativa dos índices de feminicídios no RS.</p>	<p>Fechamento do Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo;</p> <p>Desmonte dos serviços e equipamentos da Rede Lilás (o Telefone Lilás - Disque Denúncia Estadual Contra a Violência Doméstica- teve as linhas cortadas por falta de pagamento);</p> <p>O Conselho Estadual da Mulher não está em funcionamento;</p> <p>As casas de acolhimento e abrigamento não atuam em rede e faltam vagas para as mulheres e seus dependentes, vítimas de violência;</p> <p>O RS vem liderando o ranking dos estados que mais matam mulheres no Brasil (em 2019 foi o 3º e em 2020 4º estado com mais feminicídios);</p> <p>Não ampliação das Delegacias da Mulher e policiais homens voltaram a atender nestas delegacias;</p> <p>Não executa Leis aprovadas para a defesa da vida das mulheres e nem mesmo as emendas parlamentares, enviadas ao executivo para este fim, são executadas;</p> <p>Não cumprimento da Lei Maria da Penha;</p> <p>O estupro foi o tipo de crime de violência contra as mulheres que mais cresceu no RS no último período, mesmo sendo o crime mais subnotificado em todo o país (em média 5 mulheres são estupradas por dia no RS, sendo a maioria delas meninas de até 14 anos).</p>
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA	
NÓS	ELES
<p>➤ Os governos Lula e Dilma constituíram diferentes políticas de combate ao racismo estrutural e combate à desigualdade racial:</p> <p>Criação da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial;</p> <p>Lei das Cotas nas universidades;</p> <p>Dia da Consciência Negra e inclusão da História da África no currículo escolar;</p> <p>Sancionado, pelo Presidente Lula, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010).</p>	<p>➤ Com o golpe e os governos Temer e Bolsonaro importantes ações de promoção de igualdade racial foram extintas ou paralisadas:</p> <p>Em 2019 o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos deixou de executar 70% do orçamento;</p> <p>Em 2020 o Programa 2034 do PPA, de Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo, foi extinto;</p> <p>A Fundação Palmares passou a desempenhar um papel lamentável e constrangedor;</p> <p>O Movimento Negro foi excluído do Conselho da Igualdade Racial.</p>
<p>➤ O governo Olívio instituímos uma política pioneira de atendimento às Comunidades Quilombolas,</p>	<p>➤ Os governos Sartori e Leite extinguiram e paralisaram políticas de combate ao</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>através do Programa RS Rural e da regularização e titulação de territórios quilombolas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ No governo Tarso aderimos ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR, lançamos o Pacto Estadual de Combate ao Racismo Institucional e desenvolvemos diversos programas e ações para superação das desigualdades raciais: <ul style="list-style-type: none"> Instituição das cotas raciais no serviço público; Criação do Departamento de Pesca, Quilombolas e Indígenas na SDR; Criação do Conselho e do Comitê Estadual do Povo de Terreiro e do GT Quilombola; Implantação do Plano Estadual de Saúde da População Negra; Criação do Programa de Fortalecimento Socioeconômico das Comunidades Quilombolas, com crédito a fundo perdido, beneficiando 2.954 famílias de 101 comunidades; ➤ Construção de 900 unidades habitacionais para o povo quilombola. 	<p>racismo:</p> <p>Extinção do Departamento de Pesca, Quilombolas e Indígenas na SDR;</p> <p>Nenhum incentivo aos Conselhos de Direitos, a exemplo do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra - CODENE e do Conselho do Povo de Terreiro;</p> <p>Paralisação do Programa de Fortalecimento Socioeconômico das Comunidades Quilombolas;</p> <p>Paralisação das ações de apoio à regularização de terras quilombolas;</p> <p>Ausência de recursos para a continuidade da Política Estadual de Saúde da População Negra;</p> <p>Nenhuma política de combate ao racismo estrutural e a desigualdade racial.</p>
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Nos governos Lula e Dilma criamos o Ministério dos Direitos Humanos e a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT e desenvolvemos um conjunto de políticas e ações: <ul style="list-style-type: none"> 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT; Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT; Programa Brasil Sem Homofobia; Módulo LGBT no disque 100 - Disque Direitos Humanos; Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT; 1º Relatório sobre Violência Homofóbica; Prevenção e tratamento do HIV/AIDS. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Com o golpe e o governo Temer o Ministério dos Direitos Humanos e o Programa Brasil Sem Homofobia foram extintos. O Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT foi paralisado e houve desabastecimento de medicamentos retrovirais. ➤ O governo Bolsonaro, através de fake news e políticas de desinformação promove a violência contra a População LGBTQIA+: <ul style="list-style-type: none"> Revogou a 4ª Conferência Nacional LGBTQIA+; Fechou o Departamento de Promoção dos Direitos de LGBTQIA+; Suspendeu a autorização para os Farmacêuticos prescreverem a profilaxia pré e pós exposição ao HIV (PEP e PREP).
<ul style="list-style-type: none"> ➤ No governo Tarso criamos o Conselho Estadual LGBT, realizamos a 2ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT e desenvolvemos várias políticas: <ul style="list-style-type: none"> Criamos o Programa RS Sem Homofobia; Implantamos os registros públicos da carteira com nome social para travestis e transexuais; Capacitamos 10 mil servidores públicos sobre o tema da diversidade sexual; 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Os governos Sartori e Leite enfraqueceram o Conselho Estadual LGBT e a maioria das políticas e ações foram enfraquecidas ou paralisadas: <ul style="list-style-type: none"> O Programa RS Sem Homofobia foi extinto; Não oferecimento de logística necessária para a distribuição dos medicamentos retrovirais, centralizando o estoque e dificultando o acesso nas regiões fora do eixo central;



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>Realizamos formação sobre homofobia, diversidade e abordagem policial na Academia de Polícia Civil e Brigada Militar;</p> <p>Capacitamos todos os servidores do Presídio Central em parceria com a Secretaria de Segurança Pública;</p> <p>Criamos a ala específica para população LGBT no Presídio Central.</p> <p>Dia Estadual de Combate à Homofobia (17 de maio).</p>	<p>As capacitações foram paralisadas.</p>
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Lula, aprovamos o Estatuto do Idoso, criamos o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e o Fundo Nacional do Idoso para o financiamento de ações de garantia de direitos da pessoa idosa.➤ No governo Tarso, aprovamos a Lei sobre a criação do Conselho Estadual da Pessoa Idosa, realizamos a V Conferência Estadual do Idoso e criamos a Coordenadoria de Atenção ao Idoso, o Fundo Estadual da Pessoa Idosa e o Centro de Referência do Idoso.➤ A partir destas ações, o RS passou a contar com Conselhos Municipais e Fundos Municipais da Pessoa Idosa.	<ul style="list-style-type: none">➤ Os governos Bolsonaro e Leite, e seus aliados, fizeram a Reforma da Previdência, penalizando as pessoas idosas.➤ O governo Bolsonaro inviabilizou o funcionamento do Conselho da Pessoa Idosa, retirando a representação da sociedade civil de atuação reconhecida e a possibilidade de discutir, trabalhar e deliberar sobre assuntos afetos à população idosa.
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Dilma Rousseff, construímos o “Plano Viver Sem Limite”, que consolidou um conjunto de políticas e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).➤ No governo Olívio, com base no Decreto 39.678/1999, desenvolvemos uma política pública integrada e integradora em toda a atuação do Estado, o que provocou uma mudança de paradigma, sendo a primeira com esse olhar no Brasil.➤ No governo Tarso, a FADERS - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades - avançou no seu objetivo de propor, articular, coordenar e promover a garantia da implantação de políticas públicas que proporcionem a cidadania das Pessoas com Deficiência (PcD) e das Pessoas com Altas Habilidades (PcAH). Entre as ações, destacamos: Criação do Plano RS Sem Limites; Viabilização de Bicicletas adaptadas para cegos e	<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Bolsonaro, a política para Pessoas com Deficiência retrocede 30 anos. Por exemplo, através do Decreto 10.502/2020, propõe segregar alunos, com a criação de escolas específicas para atender Pessoas com Deficiência, pois, conforme o Ministro Milton Ribeiro, “a criança não aprende e atrapalha a aprendizagem das outras”. O Decreto foi suspenso pelo STF.➤ Os governos Sartori e Leite restringiram as ações, a participação e o protagonismo das Pessoas com Deficiência.➤ O governo Leite encaminhou à Assembleia Legislativa o PL 293/2021, que institui a Lei Gaúcha da Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência. O PL 293/2021 foi elaborado sem a participação das Entidades, desrespeitando o lema “nada sobre nós, sem nós” instituído pela Convenção da ONU, em 2006, para inclusão das Pessoas com Deficiência. As entidades reivindicam a



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>cadeiras anfíbias para que cadeirantes pudessem ir ao mar;</p> <p>Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.</p>	<p>retirada do PL 293/2021 e a reapresentação do PL 193/2018, construído com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência.</p>
--	--

EIXO 4

GESTÃO PÚBLICA, FINANÇAS E FUNCIONALISMO

GESTÃO PÚBLICA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	
NÓS	ELES
<p>➤ Em nossos governos recuperamos as funções públicas de Estado, oferecendo mais e melhores serviços à população, com a criação e reestruturação de Secretarias e Órgãos, nomeações de servidores e criação de várias políticas públicas.</p>	<p>➤ Os governos neoliberais no RS, especialmente Britto, Yeda, Sartori e Leite, reduziram drasticamente as funções públicas de Estado, com privatizações, extinção de Secretarias e Órgãos e diminuição de servidores e serviços públicos.</p>
<p>➤ Criação de Secretarias e órgãos, como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, SDR, SDPI/AGDI, Economia Solidária e Apoio às Micro e Pequenas Empresas.</p>	<p>➤ Extinção de Secretarias, como a de Políticas para as Mulheres, SDR, Economia Solidária.</p>
<p>➤ O governo Olívio suspendeu o processo de privatização do Banrisul, previsto pelo governo Britto.</p> <p>➤ Nenhuma privatização (tanto no Governo Tarso quanto no Governo Olívio).</p>	<p>➤ O governo Britto (PMDB) extinguiu estatais (COHAB, CEDIC, CRTUR, Caixa Econômica Estadual e CINTEA), concedeu serviços públicos ao setor privado (Terminais Porto de Rio Grande; Polos rodoviários – pedágios), privatizou a CRT e parte da CEEE, isentou impostos (especialmente para setores metalmeccânico, petroquímico, fumageiro e bebidas) e reduziu drasticamente o número de servidores.</p> <p>➤ O governo Yeda (PSDB) abriu capital e vendeu 42,8% das ações do Banrisul (97% para investidores estrangeiros).</p> <p>➤ O governo Sartori (MDB) abandonou as políticas de desenvolvimento (retomando o neoliberalismo fracassado de Britto e Yeda), aprovou o projeto de concessões (que repassará rodovias à iniciativa privada, sem marco regulatório e por um período de 30 anos), extinguiu 10 Fundações e reduziu drasticamente o número de servidores.</p> <p>➤ O governo Leite (PSDB) retomou o neoliberalismo fracassado de Britto, Yeda e Sartori: Deu continuidade ao processo de extinção das fundações.</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>Privatizou a CEEE-Distribuição (R\$ 100 mil), CEEE-Transmissão (R\$ 2,67 bilhões) e a Sulgas (R\$ 927,8 milhões).</p> <p>Aprovou a privatização da CEEE-Geração, CRM e Corsan.</p> <p>Retirou o plebiscito para privatização do Banrisul e da Procergs.</p> <p>Projeta a extinção da EGR.</p>
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Olívio, implantamos o Orçamento Participativo – OP-RS, de maneira inédita.➤ No governo Tarso, fortalecemos a democracia com a criação e ampliação de canais de participação, como o “Conselhão” e o Gabinete Digital.➤ No governo Tarso aplicamos R\$ 95,6 milhões/ano na Consulta Popular (liquidados e corrigidos pelo IPCA de 12/2021). Não estão incluídos R\$ 10,2 milhões (valores nominais) executados pela SDR através de financiamentos via FEAPER com recursos do BNDES ProRedes. Além disso, a população elegia prioridades regionais - campo 2.	<ul style="list-style-type: none">➤ Governos sem diálogo e sem participação social.➤ O governo Sartori (MDB) aplicou apenas R\$ 46,8 milhões/ano na Consulta Popular (liquidados e corrigidos pelo IPCA de 12/2021).➤ O governo Leite (PSDB) aplicou apenas R\$ 27,6 milhões/ano (2019 a 2021) na Consulta Popular (liquidados e corrigidos pelo IPCA de 12/2021). Para 2022 estão previstos apenas R\$ 30 milhões (R\$ 942,9 mil a R\$ 1,2 milhão por Corede).
GESTÃO FISCAL E ARRECAÇÃO DE ICMS	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Tendo em vista nossa concepção de Estado como um indutor do desenvolvimento e da qualidade de vida, nossos governos enfrentam os gargalos das Finanças mantendo o serviço público e a dignidade dos servidores, colocando o Estado a serviço dos que mais precisam.	<ul style="list-style-type: none">➤ Tendo em vista a concepção neoliberal de que o Estado atrapalha, nossos adversários, para terem números “positivos” destroem o serviço público, colocam o Estado a serviço dos que têm mais poder econômico, submetem e colocam o Estado subjulgado aos ditames do governo federal e dos poderosos.
<ul style="list-style-type: none">➤ No governo Tarso Genro desenvolvemos uma estratégia de gestão fiscal, com foco na responsabilidade na gestão das contas públicas, com a ação centrada no crescimento da receita, sem aumento de impostos.➤ Desenvolvemos uma estratégia de desenvolvimento econômico e investimento para elevação da arrecadação, busca de recursos extraordinários para o investimento e busca de recursos do Orçamento Geral da União.➤ Nos governos Olívio e Tarso governamos sem aumentar impostos.➤ No governo Tarso Genro, a arrecadação do ICMS aumentou em R\$ 26,5 bilhões em relação ao governo Yeda.➤ No governo Tarso, retomamos o Simples Gaúcho, ampliando os benefícios aplicáveis às empresas enquadradas no Simples Nacional.	<ul style="list-style-type: none">➤ Os partidos que governam o Estado são conhecedores e os principais responsáveis pelo desequilíbrio fiscal: Não criaram um sistema de previdência anteriormente; O governo Leite (PSDB) esvaziou o sistema de previdência criado no Governo Tarso, retirando 73% dos servidores contribuintes do Fundoprev e alocando-os no regime financeiro, no qual o Tesouro do Estado dá suporte ao pagamento dos inativos, com o objetivo de se apropriar de R\$ 2,5 bilhões do Fundoprev; O governo Britto (PMDB) assinou um contrato da dívida com a União que compromete as finanças do Estado até hoje; Os governos Sartori e Leite (MDB e PSDB) realizaram a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, que retira autonomia do estado e prejudica a oferta de serviços



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>públicos e o investimento;</p> <ul style="list-style-type: none">➤ As políticas de ajuste, adotadas por esse projeto político, ao invés de tributar o capital financeiro e as grandes fortunas, visam reduzir gastos sociais e as despesas, elegendo o funcionalismo como seu inimigo;➤ O governo Leite (PSDB) não teve iniciativas com relação ao desenvolvimento econômico do Estado: Não socorreu os agricultores na estiagem; Não desenvolveu programas para a manutenção da atividade econômica na pandemia. Quando ofertou políticas, como um auxílio emergencial restrito a públicos específicos, no auge da Covid-19, e não as executou.➤ Os governos Sartori e Leite (MDB e PSDB) aumentaram impostos, restringiram acesso à fruição de benefícios fiscais às cadeias de alimentos (na indústria, um dos setores que mais empregam), o governo Leite retirou benefícios do Simples Gaúcho aos pequenos empresários, contribuindo para que a economia gaúcha passasse pela crise sanitária sem nenhum apoio estatal.
--	---

APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS ÁREAS SOCIAIS

NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ Nossos governos ampliam a aplicação de recursos nas áreas sociais, especialmente em Saúde e Educação: No governo Tarso ampliamos a aplicação de recursos na educação, passando de 27,7% da Receita Líquida de Impostos e Transferências em 2010 para 32,8% em 2014, o que possibilitou a valorização dos servidores e a qualificação da educação. No governo Tarso ampliamos a aplicação de recursos na saúde, passando de 7,92% em 2010 para 12,73% em 2014.	<ul style="list-style-type: none">➤ Os governos neoliberais, comprometidos com o corte de gastos e a redução dos serviços públicos, reduzem a aplicação de recursos nas áreas sociais: Na educação, o governo Sartori (MDB) reduziu a aplicação de recursos, passando de 32,8% em 2014 para 26,7% em 2018; o governo Leite (PSDB) aplicou apenas 25,8% em 2021, o menor percentual histórico na área, apenas pouco acima do limite mínimo definido pela Constituição Federal. Na saúde, mesmo com a maior pandemia do último século, não tivemos nenhum avanço. Além de aplicar o mínimo de 12,19% em 2021, o governo Leite (PSDB) não avançou no atendimento da Lei Complementar 141/2012, que retirou gastos como o IPE Saúde e inativos do cômputo das despesas com Saúde, o que na prática significou uma aplicação menor do que a devida em R\$ 1,1 bilhão.



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

DÍVIDA PÚBLICA e RRF	
NÓS	ELES
Nos governos Lula e Dilma a Dívida Líquida do Setor Público caiu pela metade . Representava 59,9% do PIB em dez./2002 e passou para 32,6% em dez./2014.	Com o golpe, a Dívida Líquida do Setor Público quase dobra , passando de 32,6% do PIB em dez./2014 para 57,9% em abril/2022. Os chamados ajustes fiscais só agravam a crise, fragilizam a economia e as finanças públicas e aumentam ainda mais as desigualdades sociais e regionais .
No governo Tarso Genro , a dívida do RS com o governo Federal foi renegociada , com redução dos juros de 6% para 4% ao ano e alteração do indexador, resultando numa redução de R\$ 22 bilhões no estoque da dívida ao longo do contrato .	O governo Leite ficou 3 anos sem pagar a dívida com a União por conta de uma liminar do STF. No último ano de sua gestão comprometeu o estado com a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal , um Regime que liquida com o futuro do Rio Grande , pois em contrapartida pelo não pagamento da dívida com a União o governo vendeu empresas públicas cujos serviços são essenciais à vida do povo (CEEE, Sulgás e CRM), se compromete ao congelamento real dos salários por até 9 anos, sem possibilidade de contratação de novos servidores ou de criação de serviços públicos que atendam à população que mais precisa a não ser que o governo federal permita. O RRF significa a intervenção direta do governo federal na gestão do Estado. Nada do que o estado possa fazer será realizado sem passar pelo Comitê de Supervisão do RRF, composto por 2 representantes da União e 1 do Estado.
FUNCIONALISMO PÚBLICO	
NÓS	ELES
➤ Nossos governos fortalecem as políticas públicas de Estado e valorizam os servidores públicos , com democratização das relações de trabalho, realização de concursos e nomeações e implantação de uma política salarial de enfrentamento aos enormes abismos existentes no funcionalismo.	➤ Coerentes com a visão de que o Estado é um empecilho ao desenvolvimento, os governos deles reduzem as funções públicas de Estado, precarizam e paralisam políticas públicas e elegem os servidores como os responsáveis pela crise financeira do Estado. Foi assim nos governos FHC, Britto, Rigotto, Yeda e Sartori. Agora, é assim nos governos Bolsonaro e Leite. ➤ As gestões são marcadas pelo conflito permanente com os servidores públicos, com desvalorização do trabalho, arrocho salarial, não realização de concursos públicos e precarização dos serviços que deveriam ser prestados à população.
➤ Nos governos Olívio e Tarso realizamos vários concursos públicos para repor servidores e qualificar os serviços públicos. Entre os concursos realizados no governo Tarso , destacamos: Educação (Magistério e Servidores de	➤ Os governos neoliberais no RS reduziram drasticamente os serviços públicos e o número de servidores ativos :



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>Escola); Segurança (Brigada Militar, Polícia Civil, Susepe e IGP); Saúde; Agricultura; UERGS; FGTAS; Fundação de Proteção Especial; IPERGS.</p> <p>➤ Nos governos Olívio e Tarso Genro o número de servidores ativos aumentou (13.727 no governo Olívio e 826 no governo Tarso Genro), com a realização de vários concursos para reposição de servidores aposentados ou para áreas extremamente necessárias. Com isso, mais e melhores serviços foram prestados à população.</p>	<p>O governo Britto (PMDB) reduziu 19.303 servidores da Administração Direta e 27.782 da Indireta.</p> <p>O governo Yeda (PSDB) reduziu 13.012 Servidores da Administração Direta.</p> <p>Os governos Sartori e Leite (PMDB e PSDB) reduziram 29.841 Servidores da Administração Direta (de 12/2014 a 06/2022), dos quais, 25.483 na Educação, 1.736 na Segurança e 1.580 na Saúde.</p>
<p>➤ O governo Olívio, reduziu a diferença entre a maior e a menor remuneração de 140 para 84 vezes.</p> <p>➤ O governo Tarso, concedeu reajustes diferenciados, beneficiando os servidores de menor remuneração, com reajustes muito acima da inflação:</p> <p>Quadro Geral 100% (mais alteração na Carreira). Técnicos Científicos 81,2%. Magistério e Funcionários de Escola 76,7%. Brigada Militar: um soldado de 1ª Classe teve um reajuste de 104,5%, enquanto um coronel teve 33,8%. Polícia Civil: Inspetores, comissários e investigadores receberam reajustes de 53,8% a 184,1%, enquanto um Delegado de 1ª Classe teve 39%. Susepe: os servidores receberam reajustes que variaram de 82,6% a 214,1%. IGP: os servidores tiveram um reajuste médio de 73,9%.</p>	<p>➤ Os governos Sartori e Leite (MDB e PSDB) os servidores passaram mais de sete anos sem reajuste.</p> <p>➤ No governo Leite a maioria das categorias teve uma reposição de apenas 6% a título de Revisão Geral, diante de uma inflação de 59,5% (INPC de 01/2015 a 05/2022).</p> <p>➤ No governo Leite a reposição para o Magistério foi de 32% no subsídio (o que representou apenas 10,8% na Folha) e reposição de 6% da Revisão Geral, totalizando 17,4%, diante de uma inflação de 59,5% (INPC de 01/2015 a 05/2022).</p> <p>➤ No governo Leite os Servidores de Escola tiveram uma reposição de apenas 6%. Com isso, na Folha de Fevereiro (SEFAZ - Portal BI/Cubos-RHE), 14.373 servidores receberam completo para chegar ao Salário Mínimo Regional, dos quais 11.769 Servidores de Escola. Entre os Servidores de Escola Ativos, 54,2% recebeu completo, em valor médio de R\$ 574,00.</p> <p>➤ Os Servidores da Segurança estavam sem reajuste desde novembro de 2018. Em 2022 tiveram uma recomposição de 6% referente à Revisão Geral, diante de uma inflação de 27,6% no período (INPC 12/2018 a 05/2022).</p> <p>➤ Na segurança, o governo Leite acabou com a verticalidade. Com isso, o básico de um Soldado Segunda Classe, que equivale a 23,1% do Salário de um Coronel, agora o subsídio de um Soldado Nível 3 equivale a apenas 16,8% do subsídio de um Coronel.</p>
<p>➤ Alteração nas carreiras, beneficiando os servidores de menor remuneração.</p>	<p>➤ No governo Leite a alteração nas Carreiras e na Previdência prejudicou justamente os servidores de menor remuneração, a exemplo do Magistério, Servidores de Escola, Quadro-Geral e Soldados da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros. Somente com estas alterações, o Governo previu uma economia de R\$ 5,7 bilhões até o final de 2022, tendo em vista a retirada de direitos e a cobrança</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>dos Inativos e Pensionistas que ganham até o teto do INSS, o que atingiu 140 mil segurados com baixa remuneração e representou uma expressiva redução de proventos.</p>
<p>➤ Sem aumentar impostos, os salários e o Décimo Terceiro foram pagos rigorosamente em dia, tanto no governo Olívio quanto no governo Tarso.</p>	<p>➤ Os governos neoliberais atrasam e parcelam salários e Décimo Terceiro:</p> <p>O Governo Britto (PMDB) estabeleceu duas datas de pagamento: quem recebia até R\$ 900,00 pagamento no último dia útil do mês; os demais pagamentos no dia 15 ou 20 do mês seguinte. Em 1995 o 13º foi pago em duas parcelas, em janeiro e em fevereiro de 1996.</p> <p>O governo Rigotto (PMDB) atrasou o salário de fevereiro de 2004 e em todo governo os servidores tiveram que optar entre o pagamento do 13º através de empréstimos junto ao Banrisul ou de parcelamento em cinco meses a contar de maio do ano seguinte.</p> <p>O governo Yeda (PSDB) parcelou o pagamento do funcionalismo por 11 meses (03/2007 a 02/2008). Não atrasou o 13º, pois contou com os recursos da venda de ações do Banrisul, desde 2007.</p> <p>Nos governos Sartori (MDB) e Leite (PSDB) foram 59 meses de salários parcelados e por vários anos os servidores tiveram que optar entre o pagamento do 13º através de empréstimos junto ao Banrisul ou de parcelamento.</p>
SAÚDE DOS SERVIDORES - IPE SAÚDE	
NÓS	ELES
<p>➤ No governo Tarso foi desenvolvido o Programa de Valorização e Atenção à Saúde Física e Mental dos Servidores.</p> <p>➤ Tendo em vista os reajustes para o funcionalismo, o IPE Saúde viveu um período de estabilidade financeira.</p> <p>➤ Os valores pagos ao IPE Saúde representaram o equivalente a 47,4 meses do valor liquidado, ou seja, o valor não pago representou pouco mais de meio mês.</p>	<p>➤ No governo Sartori os valores pagos ao IPE Saúde representaram o equivalente a apenas 44,2 meses sobre o valor liquidado, ou seja, o valor não pago representou quase 4 meses.</p> <p>➤ Com os governos Sartori e Leite, tendo em vista o não reajuste aos servidores por mais de 7 anos, o IPE Saúde vive hoje sua pior crise, impactando o Sistema de Saúde e a vida de um milhão de segurados: em 2020 o Plano Principal teve um déficit de R\$ 304,9 milhões; hospitais ameaçam rescindir os contratos; fechamento de unidades no interior; a precarização chega a níveis alarmantes.</p>



Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES RS	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Tarso Genro implementou uma reforma previdenciária, que, em médio prazo, resolveria o problema do déficit, com a criação do Regime Próprio e do FUNDOPREV (Fundo Previdenciário) para servidores que ingressaram a partir de metade de 2011.	<ul style="list-style-type: none">➤ Os governos deles não criaram um sistema de previdência. Portanto, são os principais responsáveis pela insuficiência de arrecadação (chamada equivocadamente de déficit previdenciário).➤ O governo Leite aprovou a LC 15.511/2020 para se apropriar de R\$ 2,5 bilhões do FUNDOPREV. Foram retirados 74,9% dos segurados do FUNDOPREV (16.964 de um total de 22.647) e transferidos ao Regime Financeiro, comprometendo ainda mais a questão previdenciária para o futuro.
<ul style="list-style-type: none">➤ Nenhum direito retirado, inclusive, garantido aposentadorias especiais, como a dos Policiais Civis e Servidores do IGP.	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Leite fez a chamada Reforma da Previdência, aplicando aqui as regras da Reforma de Bolsonaro: Acabou com a aposentadoria por tempo de contribuição e estabeleceu a aposentadoria por idade: 65 anos, se homem, e 62, se mulher (5 anos a menos para o magistério). Proventos de aposentadoria calculados sobre a média dos salários de contribuição, correspondente a 100% do período contributivo. O valor do benefício corresponderá a 60% da média aritmética, com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de vinte anos de contribuição. Para a pensão por morte, cota de 60%, mais 10% a cada dependente adicional.
<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Tarso fez alteração da alíquota de contribuição de 11% para 13,25% (a Lei aprovada, considerada inconstitucional, estabelecia uma alíquota diferenciada, iniciando com 11% e chegando a 14%).➤ Manutenção da isenção de cobrança de inativos e pensionistas até o teto do INSS (assim como no INSS, no qual aposentados e pensionistas não pagam contribuição).	<ul style="list-style-type: none">➤ O governo Sartori alterou a alíquota de contribuição de 13,25% para 14%.➤ O governo Leite aplicou a contribuição progressiva, de 7,5% a 22%, incidindo sobre os inativos e pensionistas para parcelas acima de um salário mínimo. Eram em torno de 140 mil aposentados e pensionistas que recebiam entre um salário mínimo e o teto do INSS, que não pagavam e passaram a pagar, representando uma expressiva redução de proventos.



E-mail: bancadaptsul@gmail.com
www.facebook.com.br/ptsul
Instagram: ptsul | Twitter: @ptsul



Edegar
Pretto



Fernando
Marroni



Jeferson
Fernandes



Luiz F.
Mainardi



Pepe
Vargas



Stela
Farias



Sofia
Cavedon



Zé
Nunes



Valdeci
Oliveira